



Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa
Escola de Ciências Sociais e da Saúde
Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Psicologia

**Avaliação e tratamento de comportamentos-problema de um adolescente em conflito
com a lei**

Larissa Queiroz Azevedo de Aquino
Orientadora: Prof.^a Dr.^a. Ilma A. Goulart de Souza Britto

Goiânia, março de 2017



Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa
Escola de Ciências Sociais e da Saúde
Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Psicologia

**Avaliação e tratamento de comportamentos-problema de um adolescente em conflito
com a lei**

Larissa Queiroz Azevedo de Aquino

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação
Stricto Sensu em Psicologia da PUC-Goiás como requisito
parcial para obtenção do título de Mestre em Psicologia.

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Ilma A. Goulart de Souza Britto

Goiânia, março de 2017

A657a

Aquino, Larissa Queiroz Azevedo de
Avaliação e tratamento de comportamentos-problema
de um adolescente em conflito com a lei[manuscrito]/
Larissa Queiroz Azevedo de Aquino.-- 2017.
86 f.; 30 cm

Texto em português com resumo em inglês
Dissertação (mestrado) -- Pontifícia Universidade
Católica de Goiás, Programa de Pós-Graduação Stricto
Sensu em Psicologia, Goiânia, 2017
Inclui referências f.53-58

1. Avaliação de comportamento - adolescente. 2. Análise
funcional. 3. Delinquência juvenil. I. Britto, Ilma
A. Goulart de Souza - (Ilma Aparecida Goulart de Souza).
II. Pontifícia Universidade Católica de Goiás. III. Título.

CDU: 159.9.019.4(043)

Ficha de Avaliação

Aquino, L. Q. A. (2017). *Avaliação e tratamento de comportamentos-problema de um adolescente em conflito com a lei*. Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Ilma A. Goulart de Souza Britto

Esta dissertação foi submetida à banca examinadora:

Prof^ª. Dr^ª. Ilma A. Goulart de Souza Britto
Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Presidente da banca

Prof^ª. Dr^ª. Livia Amorim Cardoso
Faculdade Montes Belos
Membro externo

Prof^ª. Dr^ª. Thaissa Neves Rezende Pontes
Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Membro interno

Prof^ª. Dr^ª. Kátya Alexandrina Matos Barreto Motta
Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Membro Suplente

RESUMO

O presente estudo teve como objetivo avaliar os eventos antecedentes e consequentes que mantinham os comportamentos-problema de um adolescente que cumpria pena em instituição para menor infrator; objetivou também tratar esses comportamentos. O participante era do sexo masculino, solteiro, com idade de 17 anos. Para avaliar, utilizou-se de estratégias do processo de avaliação funcional por observação indireta, observação direta de seus comportamentos em vários momentos na instituição e análise funcional (experimental). A análise funcional envolveu a manipulação de eventos ambientais em quatro condições principais: *atenção*, *demanda*, *sozinho* e *controle*. A condição *atenção* foi subdividida em: (1) *atenção-advertência*, (2) *atenção-reprovação* e (3) *atenção-preocupação*. Os resultados mostraram que houve maior registro de comportamentos-problema nas condições de *atenção* e *demanda*, do que nas condições *sozinho* e *controle*, evidenciando, portanto, que estes comportamentos foram mantidos por fontes de reforçamento positivo e negativo. Para tratar os comportamentos-problema do participante foi empregado o reforçamento diferencial de comportamentos alternativos combinado com extinção, possibilitando assim reduzi-los e aumentar os comportamentos desejados. Para o controle dos procedimentos foi usado o delineamento de reversão-replicação do tipo ABAB, seguido de *follow-up*. Foi observado que comportamentos-problema são suscetíveis à extinção, bem como a atenção social pode ser considerada reforçadora para obtenção de comportamentos desejáveis. Os objetivos desse estudo foram alcançados, comprovando, assim como em outros estudos existentes na literatura, que através da aplicação das estratégias da análise do comportamento, torna-se possível aumentar a frequência de comportamentos desejados em adolescente que cumpria pena em instituição para menor infrator.

Palavras-chave: avaliação funcional; análise funcional; comportamento antissocial; menor infrator.

ABSTRACT

The present study had as objective to evaluate the antecedent and consequent events that maintained the problem behaviors of an adolescent who served sentence in institution for minor offender; Also aimed at treating these behaviors. The participant was male, single, aged 17 years. In order to evaluate, it was used strategies of the process of functional evaluation by indirect observation, direct observation of its behaviors at various moments in the institution and functional (experimental) analysis. The functional analysis involved the manipulation of environmental events in four main conditions: attention, demand, alone and control. The attention condition was subdivided into: (1) attention-warning, (2) attention-reprobation and (3) attention-concern. The results showed that there was a greater register of problem behaviors in the attention and demand conditions, than in the conditions alone and control, evidencing, therefore, that these behaviors were maintained by sources of positive and negative reinforcement. In order to deal with the participant's problem behaviors, the differential reinforcement of alternative behaviors was employed, combined with their extinction, thus making it possible to reduce them and increase the desired behaviors. For the control of procedures, the ABAB-type replication-replication design was used, followed by follow-up. It was observed that problem behaviors are susceptible to extinction, as well as social attention can be considered reinforcing to obtain desirable behaviors. The objectives of this study were achieved, proving, as in other studies in the literature, that through the application of behavioral analysis strategies, it is possible to increase the frequency of desired behaviors in adolescents who were serving their sentence in an institution for minor offenders.

Keywords: Functional evaluation; Functional analysis; Antisocial behavior; Minor offenders.

SUMÁRIO

RESUMO	iii
ABSTRACT	iv
LISTA DE FIGURAS	vi
LISTA DE TABELAS	vii
INTRODUÇÃO	01
Comportamento antissocial e o controle aversivo.....	08
O ambiente e a compreensão do comportamento.....	13
Funções discriminativas e motivacionais, reforçamento e consequentes.....	15
Avaliação e análise funcional em aplicações da análise do comportamento	18
Objetivos do presente estudo	22
MÉTODO	23
Participante	23
Materiais e Ambiente	24
Procedimento	25
RESULTADOS	34
DISCUSSÃO	44
REFERÊNCIAS	53
ANEXOS	59
Anexo 1. Termo de Consentimento Livre e Esclarecido - Participante	60
Anexo 2. Termo de Consentimento Livre e Esclarecido - Familiar.....	66
Anexo 3. Folha de registro de frequência de comportamentos desejados e problema.....	72
Anexo 4. Entrevista de Avaliação Funcional	73

LISTA DE FIGURAS

Figura 01 -	Frequência de CD e CP na subcondição atenção-advertência.....	36
Figura 02 -	Frequência de CD e CP na subcondição atenção-reprovação.....	37
Figura 03 -	Frequência de CD e CP na subcondição atenção-preocupação.....	38
Figura 04 -	Frequência de CD e CP na condição demanda.....	39
Figura 05 -	Frequência de CD e CP na condição sozinho.....	39
Figura 06 -	Frequência de CD e CP na condição controle.....	40
Figura 07 -	Frequências totais de CD e CP nas fases de aplicação e replicação das condições experimentais.....	41
Figura 08 -	Frequência de CD e CP na aplicação do DRA, fase do delineamento ABAB e <i>follow-up</i>	42

LISTA DE TABELAS

Tabela 01 -	Resumo das condições manipuladas.....	29
Tabela 02 -	Fases do tratamento com o uso do delineamento ABAB seguido por <i>follow-up</i>	30
Tabela 03 -	Exemplos de comportamentos-problema do participante e categorias segundo o DSM-5.....	32
Tabela 04 -	Informações obtidas com familiar por meio de entrevista.....	34
Tabela 05 -	Eventos antecedentes e consequentes dos comportamentos-problema....	35

“The methods of science have been enormously successful wherever they have been tried. Let us then apply them to human affairs” (Skinner, 1953).

Com toda honra, dedico este trabalho ao Senhor Jairo e à Senhora Eliane, meus amados pais, aos meus irmãos e ao meu esposo, que foram alicerces desta construção. Minha gratidão!

AGRADECIMENTOS

Agradecer se torna muito fácil quando olhamos para trás e percebemos que muitos se fizeram presentes e torceram pela realização de mais um sonho meu.

Em especial aos meus pais, que além de espelho, são a minha base. Mãe, obrigada pela calma, serenidade e sabedoria que sempre compartilha comigo. Obrigada pelas bênçãos e preces que fazia todas as vezes que, literalmente, pegávamos a estrada na busca do conhecimento. Pai, sou eternamente grata pelos ensinamentos e pelos valores que o senhor me repassou e que me permitem correr atrás de meus ideais. Obrigada por todo apoio e incentivo. A angústia de minha ausência em vários momentos, horas e minutos preciosos ao seu lado, se recompensa por poder comemorar ao seu lado esta vitória. Sou feliz pela pessoa que tenho me tornado e devo muito isso a vocês, meus amados pais. Aos meus irmãos, Cristiane, Regina, Daniela e Jairo Júnior (minha inspiração científica), saibam que vocês foram fundamentais nesta trajetória, não há palavras suficientes para agradecer tanto carinho.

Ao meu companheiro de vida, de luta, de estudos... Não sei bem por onde começar a agradecer, são tantas missões que cumprimos juntos, mas a maior delas é o abraço acolhedor quando tudo parecia impossível. As madrugadas de estudo, a paciência, a mão amiga possibilitou darmos mais um passo em nossas vidas, e como sempre, juntos! Você é a peça chave, é um grande parceiro incentivador, me fazendo acreditar que eu poderia e posso ir mais longe. Vilker, obrigada pelo papel que vem desempenhando em minha vida. Obrigada por suportar o seu cansaço para cuidar do meu. Obrigada por tudo que você fez nesses dois anos de estudo e estrada, assumindo minhas ausências e fazendo tudo ser mais leve. Sou muito grata à você. Que venham nossas próximas missões, para cumprimos juntos.

Obrigada Vó Maria Alice, pela casinha aconchegante e cheia de amor para nos receber todas as semanas. Obrigada Dinha, pelo carinho e cuidado de sempre. Sem vocês, tudo seria mais difícil.

Professora Dra. Ilma A. Goulart de Souza Britto, a gratidão se fará presente sempre que me lembrar da senhora. Um exemplo de docente, de pesquisadora, cientista, que me possibilitou desenvolver um trabalho com imensa satisfação. Obrigada por aceitar este desafio comigo e por ser tão dedicada, paciente e atenciosa. És um exemplo para mim.

Às professoras, Dra. Thaissa Neves Rezende Pontes, Dra. Kátya Alexandrina Matos Barreto Motta, Dr^a. Livia Amorim Cardoso e Dra. Rosana Carneiro Tavares, obrigada pela disponibilidade e contribuição para este estudo.

Aos docentes do Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Psicologia, obrigada pela dedicação e ensinamento. À Martha Diniz, muito obrigada pelo carinho em nos receber e atender na secretaria do programa e pela eficiência de seu trabalho.

Agradeço aos profissionais da unidade em que foi realizada a pesquisa, pela receptividade e disponibilidade em tornar possível o desenvolvimento deste trabalho. Ao sujeito pesquisado e seus familiares, sou grata.

Aos amigos, Camila, Isadora e Maurício, obrigada pela amizade e por fazer esta trajetória mais divertida. A amizade de vocês é uma grande conquista que o mestrado me proporcionou.

Aos amigos, familiares e a todos aqueles que contribuíram, minha gratidão!

Avaliação e tratamento de comportamentos-problema de um adolescente em conflito com a lei

Dentre os transtornos mentais classificados pela Associação Americana de Psiquiatria (APA) e divulgados por meio do Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais, o DSM-5 (2013/2014), encontram-se doze transtornos de personalidade. A definição geral destes transtornos inclui padrão persistente de experiência interna e comportamento que se desvia das expectativas da cultura; pode se iniciar na adolescência ou idade adulta, sendo estável e leva a sofrimento ou prejuízo. Dentre os transtornos qualitativamente distintos, o manual da APA classifica o transtorno de personalidade antissocial como um padrão de desrespeito e violação dos direitos dos outros que ocorre desde os 15 anos de idade: repetição de atos que constituem motivos de detenção, tendência a falsidade, fracasso em planejar o futuro, irritabilidade, agressividade e irresponsabilidade, bem como ausência de remorso, indiferença a ter ferido, maltratado ou roubado a terceiros.

Embora o termo transtorno de personalidade antissocial seja formalmente usado nos manuais da APA, Hare (1999/2013) sugere que se deva continuar a usar também o termo 'psicopatia', uma vez que este termo tem sido usado como um dos constructos mais importantes no âmbito da justiça criminal e nas instituições de saúde mental, ainda que as definições para a palavra psicopata não sejam consensuais. Desse modo, Hare (1999/2013) descreve os comportamentos de indivíduos psicopatas como predadores sociais que encantam, manipulam e violam normas sociais sem o menor senso de culpa ou arrependimento.

Mesmo existindo literatura sobre o uso do termo psicopata, neste trabalho será usado o termo comportamento antissocial. Gomide (2001) esclarece que o termo antissocial é empregado para se referir ao comportamento que infrinja regras sociais ou que seja uma ação contra as demais pessoas (e.g., agredir, furtar, roubar, mentir, fugir de casa ou da escola, vagabundar, incendiar) cujas frequências sejam prevalentes. Quanto ao desenvolvimento e

curso, a APA (2013/2014) sugere que estes padrões comportamentais podem ser reconhecidos durante a adolescência ou no começo da vida adulta e tendem a desaparecer com o envelhecimento.

Um dos aspectos importante no desenvolvimento infantil é a habilidade da criança interagir de modo adequado com os pares e com os adultos, uma vez que as relações sociais podem contribuir para o desenvolvimento do funcionamento interpessoal e aprendizagem de habilidades específicas que dificilmente seria obtida de outra forma (Marinho & Caballo, 2002). Durante o desenvolvimento, as relações sociais proporcionam um contexto adicional que podem favorecer a qualidade das interações de crianças e de adolescentes.

No presente estudo pretende-se tratar dos padrões comportamentais que envolvem o desrespeito às regras sociais e a violação dos direitos das demais pessoas a partir do exame de seus fundamentos teóricos e práticos dentro da ciência análise do comportamento. Espera-se que por meio dessa atividade seja possível investigar o comportamento antissocial como, por exemplo, o comportamento de um menor que usava e traficava drogas, além de ter matado um par e, em função destes crimes, cumpria penalidade em uma instituição de medida socioeducativa. Problemas desta natureza merecem ser investigados. Para essa finalidade, a avaliação funcional é apresentada como um processo importante para a identificação e compreensão das condições que antecedem e mantêm comportamentos, sejam eles problema ou não (Hanley, 2012).

Em se tratando da análise do comportamento, essa ciência estuda as ações humanas a partir das relações ambientais, considerando a história da espécie, a história individual de cada ser humano e a história da cultura na qual ele está inserido (Skinner, 1974/2006). A partir da análise destas relações, podem-se conhecer as variáveis das quais o comportamento é função. Para esta ciência o que se denomina, por exemplo, de personalidade pode estar relacionada a padrões de comportamentos adquiridos e mantidos por situações, não

excluindo as diversas variações que existem no modo de agir e de pensar das pessoas no decorrer de suas relações (Skinner, 1953/2000). A variabilidade comportamental pode ser interpretada como mais uma dimensão humana necessária à adaptação ao meio em que se vive (Catania, 1998/1999).

Deste modo, o termo personalidade deve ser entendido como padrões de comportamentos que um indivíduo adquiriu por meio de condições especiais de seu desenvolvimento; uma compreensão da personalidade se inicia pela observação de como e em que condições o comportamento é aprendido (Landin, 1969/1977). Assim, o tipo singular de padrão de comportamento adquirido e mantido durante o longo período de desenvolvimento de um indivíduo é o seu comportamento peculiar e constitui, portanto, a sua personalidade.

Rodrigues (2007) avaliou a eficácia dos princípios da análise do comportamento para reduzir os comportamentos antissociais de crianças em situação de risco, que eram atendidas em uma instituição não-governamental. Os participantes foram seis educadores de ambos os sexos que receberam treinamento para intervir nos comportamentos antissociais (e.g., agressão física, agressão verbal e desobediência) apresentados por 70 crianças que participavam das diferentes oficinas pedagógicas da instituição. Para cada comportamento-alvo foram realizadas sessões de linha de base e intervenções. As intervenções ocorriam durante as oficinas.

O comportamento de agressão física foi definido como o comportamento de mover o corpo enquanto toca outra pessoa à força, alternando o esmurrar, dar tapas, beliscar, chutar, arranhar ou empurrar. Para este comportamento, as intervenções utilizadas foram reforçamento positivo e *time-out*.

Na fase de intervenção, os educadores sempre reforçavam os comportamentos adequados das crianças com as fichas e com os reforçadores sociais, por exemplo, “estou feliz porque até agora vocês têm se comportado de modo adequado”. Caso houvesse agressão

física durante as atividades nas oficinas, esse tipo de comportamento deveria ser contido. Em seguida, era aplicado o *time-out*: a criança era retirada, momentaneamente, da atividade por cinco minutos. Durante as atividades da oficina, os comportamentos adequados apresentados pelas crianças eram reforçados. O educador entregava uma ficha (reforço) para a criança sempre seguida por um elogio, “Muito bem!”, “Continue assim!”, “Estou feliz com você!”, sempre olhando nos olhos da criança e descrevendo o comportamento em questão (Rodrigues, 2007).

Agressão verbal foi definida como o comportamento de exprimir-se por palavras que agridem ou ameace o outro. Para este comportamento, as intervenções utilizadas foram o reforçamento positivo, extinção e *time-out*. Nesta fase, se ocorressem palavrões e ameaças, o educador deveria ignorar ou afastar-se da criança por 2 minutos. Caso persistissem os palavrões e as ameaças, era aplicado o *time-out*: a criança era retirada, momentaneamente, da atividade por cinco minutos. Durante as atividades da oficina, os comportamentos adequados apresentados pelas crianças eram reforçados. O educador entregava uma ficha (reforço) para a criança sempre seguida por um elogio (Rodrigues, 2007).

A desobediência foi definida como não se submeter às instruções dos educadores e não obedecer às normas pré-fixadas pela instituição. Para este comportamento, as intervenções utilizadas foram reforçamento positivo e extinção. Os educadores deveriam se atentar aos comportamentos adequados apresentados pelas crianças, elogiando-os sempre que possível, reforçando com as fichas, emitindo contato olho-a-olho e sinalizando o bom comportamento emitido. Caso ocorresse o comportamento de desobediência, o educador imediatamente ignorava a criança que o emitiu e dirigia sua atenção para as outras, ao mesmo tempo lhe dava às costas, por um período de 2 minutos (Rodrigues, 2007).

Os resultados demonstraram que as intervenções foram efetivas na redução dos comportamentos antissociais para todos os comportamentos-problema e na aquisição de um repertório comportamental adequado (Rodrigues, 2007).

Em um estudo sobre como prevenir comportamentos antissociais nas escolas, Mayer (1995) propôs uma variedade de fatores contextuais e configuração dos eventos dentro de escolas que parecem ser os principais contribuintes para o comportamento antissocial. Alguns dos fatores identificados nas escolas (e.g., regras ou instruções imprecisas, escassez de reforçadores) ocorriam dentro da casa. Sugeriu-se, como alternativa preventiva, maior disponibilidade de recursos, como palestras e ações educativas, para remediar a configuração dos eventos para o comportamento antissocial e abandono da escola, em vez de enfatizar o uso de medidas de segurança como o encarceramento e punição.

Pacheco e Hutz (2009) investigaram os contextos individuais e familiares preditores do comportamento antissocial, entrevistando individualmente 148 adolescentes, autores de atos infracionais, e 163 adolescentes não-infratores, onde responderam a uma entrevista estruturada para investigar os aspectos relacionados ao desenvolvimento do comportamento infrator, estratégias educativas parentais e variáveis familiares. Constatou-se que o comportamento antissocial de familiares, o uso de drogas pelo adolescente, o número de irmãos, os conflitos na família e as práticas educativas parentais explicaram 53% da variância do comportamento infrator, demonstrando a participação da família no desenvolvimento da conduta infratora.

Gallo e Williams (2005) sintetizaram estudos onde foram indicados os fatores de risco relacionados com a prática infracional, sendo eles: problemas familiares, ausência de monitoramento das atividades dos filhos, alta tolerância às infrações, pouca coesão familiar, fracasso acadêmico e nível socioeconômico reduzido. Também, condições da família com baixos níveis de envolvimento afetivo com a criança, vínculo pouco afetivo nas relações

interpessoais, rejeição de colegas, influências de pessoas agressivas e de usuários de drogas, distanciamento de pessoas que não se comportam criminalmente, história comportamental de exposição a situações de risco, presença de desordens comportamentais, evasão escolar, além de fatores fisiológicos e cognitivos.

Biglan (1995) sugere que a contextualização do programa de análise do comportamento é a abordagem que, provavelmente, tem apresentado maiores contribuições para reduzir as frequências do comportamento antissocial. Importante destacar que os comportamentos de risco podem gerar violência ou alcançar proporções alarmantes, tanto intra como extrafamiliar, uma vez que os jovens podem ser tanto vítimas como agressores (Feijó & Oliveira, 2001).

Rodrigues (2007) enfatiza que nos casos em que os comportamentos antissociais persistem ao longo da vida, um conjunto de fatores de risco, tanto individuais (e.g., deficiências neuropsicológicas, impulsividade e déficit de atenção), como sociais e familiares (e.g., práticas parentais ineficientes, pobre monitoramento, situação socioeconômica, pai alcoólatra, lar desfeito ou histórias de separação, entre outros) explicariam a sua vulnerabilidade.

Em estudos como o de Pacheco, Alvarenga, Reppold, Piccinini e Hutz (2005) se discutem a amplitude de termos quem têm sido empregados para descrever os comportamentos de crianças e adolescentes que exibem padrões antissociais: comportamento antissocial, desordens da conduta, problemas de externalização, hiperatividade, disciplina severa e inconsistente, dentre outros problemas comportamentais. Em seus achados, os autores indicam que precocemente o comportamento antissocial tem ocorrido nos primeiros anos da infância, tendendo a perseverar e se agravar, podendo consolidar-se na vida adulta devido às características do ambiente social do indivíduo.

Em relação aos estudos realizados, os resultados têm indicado um crescente aumento

na prevalência e intensidade destes problemas comportamentais e mais especificamente do comportamento antissocial tanto na infância, como na adolescência. O estudo de Fonseca (2014) teve como objetivo investigar a relação longitudinal entre o consumo de droga e comportamentos antissociais durante a adolescência. Os resultados mostraram a correlação direta entre o consumo de droga e comportamentos antissociais na adolescência. Ficou evidenciado que o comportamento antissocial no início da adolescência predizia o consumo de droga aos 17 anos e que esse poder preditivo se mantinha. Em contrapartida, o consumo de droga não era bom preditor do comportamento antissocial relativamente ao mesmo período. Ainda outra conclusão foi a de que os adolescentes que apresentavam concomitantemente os dois problemas tinham um nível de adaptação social enfraquecido em várias esferas.

Dias, Oliveira-Monteiro e Aznar-Farias (2014), alertam que a violência tem alcançado a população mais jovem do país e postulam que o baixo nível socioeconômico e ser do sexo masculino são fatores associados à presença de comportamentos antissociais. As autoras realizaram um estudo, objetivando avaliar autorreferências de condutas antissociais e delitivas em adolescentes, comparando as variáveis: sexo, grau de ensino e inserção em escolas públicas ou privadas. Participaram 453 adolescentes, ambos os sexos, de 13 a 19 anos, estudantes. Utilizaram a Escala de Condutas Antissociais e Delitivas, onde foi possível constatar que comportamentos antissociais e delitivos não foram autorreferidos de forma expressiva pelos investigados, conquanto houvesse maiores autorreferências em meninos e em estudantes de escolas privadas.

Por sua vez, a Organização Mundial da Saúde (OMS, 2002) esclarece que a violência juvenil prejudica profundamente não apenas suas vítimas, mas também os familiares, os amigos e as comunidades. Seus efeitos não são observados apenas na morte, doença e invalidez, mas também em termos de qualidade de vida. A violência que envolve os jovens acarreta muitos custos aos serviços de saúde e bem-estar social, reduz a produtividade,

diminui os valores de propriedade, desintegra uma série de serviços essenciais e, em geral, abala o arcabouço da sociedade.

Comportamento antissocial e o controle aversivo

O comportamento antissocial pode ser definido pelo não cumprimento de normas sociais ou a violação dos direitos de outros (DSM-5, 2013/2014). Indivíduos que apresentam comportamentos antissociais frequentemente ignoram a possibilidade de estar afetando negativamente outras pessoas ao provocar-lhes sofrimento como homicídio, piromania, furto, vandalismo, críticas cruéis, agressões verbais e físicas, desrespeito a privacidade e, ainda falar palavrões.

Em relação ao comportamento antissocial infantil nota-se o ameaçar, mentir, manipular, lamuriar, gritar, provocar, bater, desobedecer, fazer birra, coagir e uma série de outros comportamentos que têm em comum o fato de serem contingentemente aversivo para a pessoa que se relaciona com a criança que assim se comporta. Esses comportamentos podem variar muito quanto à gravidade, cronicidade e frequência (Patterson, Reid & Dishion, 1992). Dumas e Wahler (1985) relatam que a efetividade do comportamento antissocial possui relação com as características da interação e dos conflitos familiares. Em se tratando das iniciativas pró-sociais, em grande parte, os pais não são contingentes no uso de reforçadores positivos para as mesmas.

Sidman (1989/2009) esclarece que indivíduos antissociais aprendem a comportar-se dessa forma à medida que seus atos produzem como consequência a remoção ou a eliminação de eventos perturbadores, ameaçadores ou perigosos, de forma que ele consiga fugir, esquivar, livrar-se ou diminuir a frequência ou a intensidade de uma estimulação aversiva. Quando os agentes cuidadores (e.g., pais) não estabelecem limites e consequências eficientes, consistentes e claras com aviso prévio para os comportamentos transgressores, eles tendem a

continuar. Esses comportamentos vão se agravando com a transição da infância para a adolescência de forma que a agressividade excessiva na infância é um preditor de agressividade na adolescência e associado ao uso de drogas, delinquência e atos infracionais mesmo na idade adulta.

Muitas vezes, as instruções transformadas em regras éticas envolvem contingências baseadas em crenças religiosas (e.g., se você roubar irá para o inferno quando morrer, ao invés de ir para o céu.). Quando os membros de uma cultura aprendem a seguir regras éticas, as regras exercem controle governado por regras. Esta pode ser uma maneira das pessoas aprenderem a emitir comportamento que é ético e a evitar comportamento que não é ético (Martin & Pear, 2007/2009).

Sidman (1989/2009) propõe que regras éticas são fontes importantes de controle comportamental, quando reforçadores imediatos influenciam um indivíduo a se comportar de forma que resulte em estímulos aversivos para outros (e.g., enquanto um ladrão é imediatamente reforçado pela posse dos bens roubados, a perda de tais bens é aversiva para as vítimas). Para influenciar os membros a serem honestos uns com os outros, uma cultura pode, portanto, desenvolver e colocar em prática a regra ética, "não roubará". Às vezes, tais regras são formuladas de maneira a especificar contingências legais (e.g., se você roubar os bens de outra pessoa receberá uma multa ou será preso).

Em outra passagem, Sidman (1989/2009) relata que a tradição legal aceita a má conduta e o crime como inevitáveis, como partes da humanidade e de fato é. Porém, ela não é imutável, é flexível e passível de mudança. O comportamento é sempre o resultado de muitas contingências, algumas positivas e outras negativas. Alterar as contingências não altera a natureza humana, mas faz uso da plasticidade da mesma. As unidades que aplicam medidas socioeducativas como ambientes de aprendizagem e algumas privações não-biológicas são socialmente impostas. A maior parte dos jovens recolhidos em reformatórios tem repertórios

de comportamento empobrecidos. Desde o princípio, mesmo antes de suas reclusões, eles possuíam apenas um conjunto restrito de habilidades adaptativas. Muitos reforçadores estavam fora de seu alcance e outros eram desconhecidos. Eles eram efetivamente tão privados como se tivéssemos deliberadamente retirado a comida, o abrigo, o suporte financeiro e todas as possibilidades de alcançar as formas de sucesso que a educação e o treino tornam possíveis.

Skinner (1953/2000) argumenta que o uso de estimulação aversiva pode ter alguns subprodutos lamentáveis sobre o comportamento operante, como a falha no processo de autocontrole, o indivíduo pode apresentar respostas discriminativas inexatas, o processo de autoconhecimento pode ser afetado, assim como o indivíduo pode reagir deficientemente aos estímulos gerados pelo seu próprio comportamento (Skinner, 1974/2006, 1989). Dentre os subprodutos da punição, Skinner (1953/2000) os aborda como sendo: reações emocionais fortes, como ansiedades perturbadoras e medo (que interferem com o operante a ser reforçado), resistência passiva, fobias, fuga e contracontrole.

Martin e Pear (2007/2009) certificam que os modificadores de comportamento devem usar as intervenções menos invasivas e menos restritivas, sempre que possível. No entanto, não há uma concordância clara a respeito de um contínuo ou de uma escala de invasão ou restrição. Intervenções baseadas em reforçamento positivo geralmente são consideradas como menos invasivas do que intervenções baseadas em controle aversivo.

Por conta de seus estudos, Sidman (1989/2009) coloca algumas questões ao alertar que instituições de ressocialização e reformatórios controlam reforçadores em uma extensão que não é permitida no mundo exterior. Enquanto os infratores são temporariamente incapazes de se engajar nos atos que os levaram para a reclusão é possível usar o reforçamento positivo para ensinar a eles formas aceitáveis e adaptativas de comportar-se. Antes de garantir a liberdade, o infrator poderia ser preparado com novas opções e meios

legais de sobrevivência. A redução do número de infratores reincidentes também reduziria a crescente necessidade de novos sistemas de ressocialização. A maioria dos programas educacionais dentro destes fracassou porque se baseava no controle coercitivo. Com o reforçamento positivo é possível realizar correções verdadeiras em trajetórias de vidas mal dirigidas. Além disso, um programa de reforçamento positivo autêntico, instituído antes que os jovens tenham se tornado infratores habituais, no final das contas, custa consideravelmente menos do que sustentar o sistema-padrão de controle coercitivo. Isto não é apenas teoria impraticável. O reforçamento positivo tem sido usado com êxito para substituir por habilidades construtivas a incapacidade de infratores infantis, tornando novos reforçadores disponíveis para eles, pela primeira vez.

Prossegue o autor, todas as culturas fornecem reforçadores para os comportamentos que querem encorajar. Nas comunidades, o medo do fracasso, da punição ou da desonra é recompensado pela perspectiva de todos os tipos de recompensas em troca de concordância, perseverança, espírito inventivo e envolvimento construtivo. Infelizmente, constatam-se todos os dias pelas mídias, as recompensas por agir fora da lei são ainda maiores. Uma vez que as pessoas podem ganhar mais dinheiro, poder e prestígio violando a lei, sem serem reclusas, do que permanecem dentro dela, um sistema legal sem punição continuará impraticável. Na medida em que as recompensas por vício ultrapassam aquelas por virtude, o vício permanecerá, apesar dos seus riscos (Sidman, 1989/2009).

Um dos modos mais antigo de controle do comportamento é a punição. Os termos punição e reforçamento negativo são usados para se especificar as bases do que se entende por controle coercitivo/aversivo (Catania, 1998/1999; Hines, 1977). O controle se torna coercitivo por incluir a punição, seja ela positiva ou negativa, (e.g., programar para a resposta um estímulo punitivo) como o reforço negativo (e.g., reforço pela remoção ou prevenção de estímulos aversivos).

Quanto aos comportamentos adquiridos e mantidos por reforçamento negativo, Heline (1977) esclarece que um paradigma típico deste tipo de reforçamento inclui três características: a presença da estimulação aversiva, a disponibilidade de uma resposta e uma contingência adequada entre a resposta e a estimulação. Iwata (1987) ressalta que quaisquer que sejam os comportamentos-problema (e.g., destrutivos, agressivos, perturbadores ou autoprejudiciais), assim desenvolvidos ou mantidos, podem ser considerados “normais ou adaptáveis” por serem resultantes de operações de condicionamento específicas.

Skinner (1983) assegura que o termo punição circunscreve contingências criadas por outras pessoas. A fim de reprimir um comportamento indesejável, utiliza-se a punição quando se critica, ridiculariza, ataca fisicamente ou censura outra pessoa. As punições visam eliminar comportamentos inadequados ou indesejáveis de um dado repertório. Acredita-se que o sujeito punido terá menos probabilidade de reincidir. Contudo, há complexidades, pois um homem preso por assalto violento não terá necessariamente diminuída sua tendência à violência. Comportamentos sujeitos à punições tendem a se repetir assim que as contingências punitivas forem removidas.

Por sua vez, Iwata e Dozier (2008) afirmam que os processos de aprendizagem que levam ao desenvolvimento do comportamento socialmente adequado (e.g., reforço positivo e negativo) são os mesmos que estão envolvidos na manutenção e aquisição de comportamentos-problema. Skinner (1969/1980, 1989), questiona o uso de estimulação aversiva como meio de intervenção para a supressão de comportamentos problemáticos, utilizando-o apenas em casos cuja integridade física do indivíduo estivesse em risco, não havendo alternativa disponível e que sua aplicação fosse mínima.

Sidman (1989/2009) afirma ainda que até agora somos incapazes de demonstrar as vantagens materiais da honestidade e legalidade em relação à ilegalidade encoberta, é decretado que a virtude deve ser a sua própria recompensa. Assim, apoiados por esse

princípio de honestidade, pune-se qualquer pessoa que é surpreendido agindo com desonestidade. A tradição da punição torna-se ainda mais fortemente marcada quando a sociedade torna a transgressão mais custosa para os poucos que ela consegue detectar e acusar com êxito.

Para se definir um comportamento de risco, torna-se imprescindível compreender como se emite este comportamento e também o contexto em que ocorre a situação. Precisa-se ter em conta no estudo de qualquer comportamento de risco sua configuração em termos de adaptativo/mal-adaptativo. Para tanto, utiliza-se como indicador a relação custo-benefício da ação. Ela pode ser considerada adaptativa sempre que a probabilidade de obtenção de benefícios seja maior que a de obtenção de resultados negativos ou inesperados. É mal-adaptativa quando essa relação se inverte (Byrnes, Miller & Schafer, 1999).

Em seus estudos sobre o comportamento de risco em adolescentes, Câmara (2005), observou que a maior frequência de enfrentamentos violentos ocorre nas relações com os pares e, em segundo lugar, com pessoas com ideias políticas diferentes. Verificou ainda que os comportamentos violentos eram praticados, preferencialmente, em grupo.

O ambiente e a compreensão do comportamento

Como proposto pela abordagem skinneriana, o comportamento não é o mero efeito causado por mecanismos internos, sejam eles fisiológicos e/ou processos mentais. Comportamento é a relação entre os eventos antecedentes e consequentes e as ações do organismo. Um evento ambiental é definido como estímulo, seja antecedente ou consequente, em função de sua relação com as respostas do organismo. As atividades do organismo são definidas como respostas, comportamentos ou ações na medida em que se relacionam funcionalmente com os eventos ambientais. No âmbito desta proposta, as relações

comportamentais englobam tanto os estímulos, sejam eles internos ou externos, quanto as respostas, sejam elas, públicas ou internas (Britto & Cesarino, 2016; Skinner, 1953/2000).

Analistas do comportamento demarcam ser o ambiente o fator com maior relevância na compreensão do desenvolvimento e manutenção de comportamentos desadaptados. Tais achados estão em detrimento à visão tradicional, que afirma serem outros componentes internos o fator de maior influência no desenvolvimento e manutenção dos transtornos comportamentais (Skinner, 1973/1979; Bueno & Britto, 2013).

Skinner (1953/2000) afirma que o comportamento é um processo, não uma coisa, e por isso, não pode ser facilmente imobilizada para observação; o ambiente em que um organismo vive e interage é um dos fatores de maior relevância na compreensão do desenvolvimento e manutenção de comportamentos dos mais variados tipos. Como qualquer organismo existente no mundo está inserido em algum ambiente, este ambiente exerce, de fato, algum tipo de controle sobre o organismo (Sidman, 1989/2009; Staats & Staats, 1963/1973).

Rotineiramente, observa-se que as práticas parentais ineficazes no ambiente familiar permitem que seus membros inadvertidamente reforcem o comportamento coercitivo e os problemas de conduta (Capaldi, Chamberlain & Patterson, 1997). Martin e Pear (2007/2009) alertam que muitos comportamentos inadequados são reforçados e mantidos pela atenção disponibilizada a eles, podendo ser considerado um perigo do reforçamento positivo.

Em algumas ocasiões o comportamento é reforçado positivamente, através de atenção ou aprovação, mas a manutenção deste padrão ocorre por meio de reforçamento negativo, ou condicionamento de esquiva, conforme orientam Patterson, DeBaryshe e Ramsey (1989). Contudo, os adolescentes tendem a utilizarem-se de comportamentos aversivos para deter a solicitação ou a exigência de outros que os circundam em seu ambiente.

Segundo Todorov (1989), o ambiente se divide em: (a) ambiente externo e (b) interno. O ambiente externo se subdivide em duas categorias: ambiente externo físico, em que o comportamento através de ações mecânicas altera o ambiente, suas propriedades e dimensões, e os comportamentos se relacionam com os efeitos produzidos e ambientes externos sociais, focalizados nas relações humanas. O ambiente interno se subdivide em biológico, em que alterações internas no corpo do organismo afetam esse organismo quando ocorrem e interno histórico, em que a história passada de interações organismo-ambiente, tem um papel considerável na explicação das interações. Portanto, o organismo age sobre o ambiente, o afeta, assim como é afetado por ele. Em outras palavras, o ambiente também provoca alterações no organismo, como por exemplo, a alteração da temperatura do ambiente também provoca alteração nas glândulas sudoríparas (Todorov, 2012).

O conhecimento das variáveis que exercem controle sobre comportamentos-problema informa diretamente a efetividade do tratamento. Isto é, quando são identificadas condições que afetam a probabilidade momentânea ou em longo prazo de comportamento, esta informação pode ser utilizada para diminuí-lo, bem como para ajudar o indivíduo a obter os resultados de uma forma socialmente aceitável (Hagopian, Dozier, Rooker, & Jones, 2013).

Funções discriminativas e motivacionais, reforçamento e consequentes

O termo motivação surgiu na psicologia como causa do comportamento, uma vez os ‘processos do desejo’ foram alvos de teorias da motivação (Martin & Pear, 2007/2009). Por outro lado, na visão analítico-comportamental o uso do termo motivação difere das concepções tradicionais da psicologia que buscam causas internas para explicá-la. Para a análise do comportamento, a motivação relaciona-se com variáveis externas, que dependem de certas alterações ambientais, as quais afetam o comportamento do indivíduo, ao invés de

hipóteses sobre propensões e motivos internos (Catania, 1998/1999; Marcon & Britto, 2011, 2015; Michael, 1993; Martin & Pear, 2007/2009).

Por sua vez, Miguel (2000) afirma que se tornou comum falar na diferença entre o *saber como fazer* e, principalmente, o *querer fazer* quando se refere à motivação. O problema do querer ou não querer fazer algo, muitas vezes tem suas raízes na falta de reforçamento para que o comportamento ocorra. Entretanto, o conceito de reforçamento não dá conta de explicar todos os problemas relacionados à motivação, pois o problema não está na falta de consequências para o comportamento, mas na ineficácia das consequências (Miguel, 2000).

O conceito de operações estabelecedoras foi introduzido por Keller e Schoenfeld (1950/1973). Michael (1982, 1993) o reintroduziu no sentido incluir as variáveis motivacionais. Keller e Schoenfeld (1950/1973) utilizaram o termo operação estabelecidora para se referirem a certas operações como um tipo de manipulação que pudessem ser realizadas sobre um organismo para gerar efeitos diferenciados sobre o comportamento, como por exemplo, privação ou saciação de água ou comida.

Em seus achados, Michael (1982, 1993, 2000) concluiu que as funções motivacionais operam sobre o comportamento de duas maneiras: alterando a efetividade de uma consequência e alterando a frequência de um comportamento. Para os analistas do comportamento, as funções motivacionais podem ser entendidas como alguma modificação ambiental antecedente e isso afeta o comportamento de um organismo (Catania, 1998/1999; Marcon & Britto, 2011; Michael, 1993).

Considere o exemplo: estar diante de uma máquina de venda automática de refrigerante pode ocasionar, em uma pessoa propensa a tomar refrigerante, a resposta de procurar uma moeda. Nesse sentido, a máquina exerce uma função discriminativa que estabelece a ocasião na qual é possível obter a consequência: refrigerante. Com relação à moeda, a máquina não exerce uma função discriminativa, ela poderia ser procurada

independentemente da presença da máquina ‘de refrigerante’. A máquina tem, ainda, uma função motivacional sobre o indivíduo que exerce efeitos sobre o comportamento de procurar uma moeda (Catania, 1998/1999; Michael, 1982, Marcon & Britto, 2015).

Com efeito, a presença das funções discriminativas muda a probabilidade de uma resposta e as funções motivacionais alteram, momentaneamente, a probabilidade da resposta. Assim, pode-se afirmar que o estado de privação ou de saciedade altera o valor de um estímulo reforçador (Michael, 1993).

Segundo Iwata, Smith e Michael (2000), a manipulação das funções motivacionais é poderosa para reduzir comportamentos inapropriados e fortalecer comportamentos desejáveis. Desta forma, em relação aos antecedentes do comportamento, deve-se perguntar: quais são as funções discriminativas ou motivacionais? Já em relação aos consequentes, se deve questionar: que função tem o comportamento para a pessoa: eliminar, adiar ou minimizar os estímulos aversivos ou obter reforçadores? (Martin & Pear, 2007/2009).

Marcon e Britto (2015) destacam que no experimento de Iwata, Dorsey, Slifer, Bauman e Richman (1982/1994) havia uma série de condições distintas nas quais funções motivacionais e reforçadores eram manipulados para cada condição, a saber: condição de atenção, retenção da atenção como evento antecedente e disponibilização de um reforçador positivo na forma de atenção social. Condição controle, função motivacional e reforçamento estavam ausentes. Condição demanda, tarefa com função motivacional e presença de um estímulo reforçador negativo, por meio da interrupção da tarefa. Já na condição sozinho, o ambiente com baixo nível de funções discriminativas e motivacionais e ausência de reforçamento.

Iwata e Dozier (2008) propõe que comportamentos-problema são mantidos por atenção social e que excessos comportamentais apresentados por indivíduos expostos a eventos de privação de atenção social podem ser mantidos pelas consequências que produzem

a atenção social. As condições antecedentes, funções discriminativas e motivacionais, podem atuar sobre as respostas do organismo para influenciar o comportamento. Portanto, ambas as condições que antecedem o comportamento apresentam função evocativa (Martin & Pear, 2007/2009).

Avaliação e análise funcional em aplicações da análise do comportamento

O processo de avaliação funcional abrange uma variedade de alternativas para identificar os eventos antecedentes e consequentes que controlam e mantêm uma variedade de comportamentos de interesse. Esse processo tem sido usado para avaliar os eventos que controlam os comportamentos de interesse, cuja finalidade é ajudar no planejamento de um programa de tratamento ou intervenção (Dunlap & Kincaid, 2001; Martin & Pear, 2007/2009). Esse processo está bem estabelecido como uma das práticas metodológicas dentro da análise do comportamento aplicada (Britto, 2012b).

Importante esclarecer que o termo ‘funcional’, originalmente reservado para as relações de causa-efeito, estar-se-á referindo ao efeito de uma variável sobre a outra, portanto relações de interdependência entre variáveis (Marcon & Britto, 2015). Neste sentido, o termo funcional quando usado por analistas de comportamento, descreve um rol de processos e operações, a saber: operação, procedimento ou condição experimental; processo, mudança no comportamento (Catania, 1998/1999).

Com efeito, o processo de avaliação funcional está bem estabelecido como uma das melhores práticas metodológicas dentro da análise do comportamento aplicada. Esse processo oferece informações úteis sobre as relações funcionais entre as variáveis ambientais e os comportamentos-problema, inclusive os mais severos. E, em particular, sobre a função operante deste tipo de comportamento (Dunlap & Kincaid, 2001).

Convém lembrar que as pessoas não se engajam em comportamentos desorganizados ou altamente perturbadores porque apresentam algum transtorno mental. Em vez disso, as pessoas adotam padrões de comportamento que funcionaram e continuam a funcionar para elas de alguma forma e a análise funcional é um poderoso recurso dentro da abordagem comportamental, especialmente na área de psicopatologia, na identificação de eventos relacionados aos comportamentos-problema (Britto, 2012a; Britto, Bueno & Marcon, 2014).

Os passos para realização de uma avaliação funcional, segundo Martin e Pear (2007/2009) consistem em: (1) definir o comportamento-problema; (2) identificar os antecedentes de ocorrência ou não do comportamento-problema; (3) desenvolver hipóteses sobre os eventos consequentes que os mantêm; (4) observar direta e indiretamente os dados para confirmação de hipóteses quanto aos antecedentes e consequentes; e (5) incluir procedimentos/condições experimentais para demonstrar o efeito das variáveis ambientais.

Investigações que buscam avaliar variáveis mantenedoras dos comportamentos-problema e elaboração de intervenção para diminuição dos mesmos, utilizam predominantemente o processo de avaliação funcional. Para condução deste processo devem ser aplicados: (1) métodos indiretos, tais como questionários, entrevistas, testes, inventários ou escalas, podendo abranger pessoas que convivem com o indivíduo que apresenta classes de comportamentos-problema, (2) análises descritivas, via observação direta dos eventos antecedentes e consequentes em diferentes momentos da rotina da pessoa em seu ambiente natural e a (3) análise funcional (AF) por meio de manipulação sistemática de condições ambientais para medidas objetivas do comportamento (Hanley, 2012; Iwata & Dozier, 2008; Iwata, Smith & Michael, 2000; O'Neill, Horner, Albin, Sprague, Storey, & Newton, 1997; O'Neill, Albin, Storey, Horner, & Sprague, 2015).

Iwata et al. (1982/1994) propuseram que a metodologia de análise funcional pode ser considerada um marco na área, pois tem sido utilizada na maioria dos trabalhos envolvendo

comportamentos-problema de pessoas com desenvolvimento atípico, especialmente aqueles envolvendo problemas de comportamentos severos, como autolesão, agressão, comportamento destrutivo, birras e outros.

Em um estudo do comportamento de autoinjúria ou SIB (do inglês, *self-injurious behaviors*) de nove participantes com algum atraso no desenvolvimento. Iwata et al. (1982/1994), manipularam a autoinjúria em quatro condições: atenção, demanda, controle e sozinho. A partir deste estudo, a metodologia de análise funcional (do inglês, *functional analysis methodology*) tornou-se gradativamente mais utilizada pelos pesquisadores para compreender empiricamente quais seriam as variáveis ambientais antecedentes e consequentes influenciadoras, tanto no que antecede quanto na manutenção de diversas classes comportamentais mais complexas, inclusive, em indivíduos diagnosticados como esquizofrênicos (Bueno & Britto, 2013; Britto, Rodrigues, Alves & Quinta, 2010; DeLeon, Arnold, Rodrigues-Catter & Uy, 2003; Dixon, Benedict & Larson, 2001; Marcon, 2010; Santana, 2008; Santos, 2007; Wilder, Masuda, O'Connor & Baham, 2001).

Por sua vez, Souza (2014) avaliou uma série de tratamentos para diminuição do comportamento autolesivo de uma pessoa com desenvolvimento atípico, e para isto utilizou-se da avaliação funcional. Participou deste estudo uma pessoa adulta do sexo feminino. Utilizou-se o delineamento de múltiplos elementos com as condições: atenção, demanda, controle e sozinho. A condição de atenção foi subdividida em três subcondições: atenção-dividida, atenção-reprimenda e atenção-não contingente. A condição demanda foi subdividida em: demanda-encaixe e demanda-leitura. A condição sozinho foi subdividida em: sozinho com atividade e sozinho sem atividades. Após avaliação, a pesquisadora optou pelo uso de um programa de intervenção por meio do delineamento de tratamentos alternados do tipo ABCAD. Os resultados demonstraram que o comportamento autolesivo tinha função de autoestimulação, ou seja, reforçamento automático.

Assim como este, vários estudos têm sido desenvolvidos com as estratégias de avaliação funcional, objetivando investigar e tratar comportamentos-problema das mais variadas classes, tais como: comportamento inapropriado de autistas (Pio-Rosa, 2008; Mello, 2010), fobias específicas (Jones & Friman, 1999), falas inapropriadas de esquizofrênicos (Britto, et al., 2010; Miranda & Britto, 2011), síndrome de Down (Oliveira & Britto, 2011), dentre outros.

Para Iversen (1988), estudos definidos como empírico-indutivos utilizam do delineamento do sujeito único (N=1), o sujeito como seu próprio controle. Este delineamento submete o desempenho dos participantes a várias dimensões assumidas pelas variáveis independentes em distintas condições experimentais (Baron & Perone, 1998; Iversen, 2013).

Portanto, o próprio comportamento dos participantes é utilizado como unidade de análise. Este tipo de método é fundamentado na orientação teórica e experimental da análise do comportamento. Inúmeros trabalhos científicos utilizaram-se desta metodologia, a exemplo: Britto, et al., 2010; Iwata et al. 1982/1994; Iwata & Dozier, 2008; Mello, 2010; Oliveira & Britto, 2011.

Iversen (2013) chama atenção para este tipo de método que tem sido amplamente usado, tanto para especificar aspectos metodológicos básicos nas ciências comportamentais, na medicina e medicina comportamental, além de pesquisas aplicadas nos ambientes clínicos, educacionais, comunitários, empresas, etc. Este tipo de método foi proposto pelo médico e fisiologista francês Claude Bernard em 1865. Bernard atualmente é considerado o pai da medicina experimental e é dele a lição de que a análise experimental é o único método de buscar a verdade.

Desta forma, este estudo propôs avaliar e tratar comportamentos-problema de um adolescente em conflito com a lei, utilizando-se da metodologia de análise funcional, proposta por Iwata et al. (1982/1994), pois esta revelou como um dos métodos mais adequados para

avaliar relações funcionais entre comportamentos-problema e eventos ambientais.

Objetivos do presente estudo

Este estudo objetivou identificar o controle exercido pelos eventos antecedentes e consequentes sobre os comportamentos-problema de um adolescente que cumpria pena em uma instituição para menores infratores.

Para essa finalidade foi usado o processo de avaliação funcional por meio de avaliação indireta, observação direta e análise funcional - metodologia de análise funcional, proposta por Iwata et al. (1982/1994). Para o controle dos procedimentos foi empregado o delineamento de múltiplos elementos. Esse envolveu a manipulação de eventos ambientais em quatro condições principais: atenção, demanda, sozinho e controle, sendo que a condição de atenção foi manipulada em três subcondições.

Outro objetivo foi tratar os comportamentos-problema com o uso do reforçamento diferencial de comportamento alternativo controlado pelo delineamento de reversão-replicação do tipo ABAB, seguido por *follow-up*.

MÉTODO

Participante

Participou deste estudo, um adolescente, do sexo masculino, 17 anos, residente em Gurupi e que cursava o 7º ano do ensino fundamental. Foi criado pelos avôs maternos desde a idade de um ano, sendo que a família residia na zona rural. Em 2007, mudaram-se para uma cidade localizada no interior do Estado do Tocantins.

A mãe do participante não morava com os seus pais, mas visitava-os esporadicamente. O pai era desconhecido. A avó relatou que ele começou a apresentar comportamentos-problema como brigas, xingamentos, bater em pares, logo na infância. Estes comportamentos ocorriam quando alguém se referia à ausência do pai.

O participante relatou que em seu período escolar era comum sofrer agressões verbais em decorrência da ausência do pai em eventos e programações escolares, motivo de parte de seus problemas. Relatou também que tinha medo do avô e tios, pois alegava que os mesmos batiam muito nele, além de brigas frequentes. Em função destes problemas, saiu da casa e foi morar na rua aos 14 anos.

Neste período, mudou-se de cidade e foi morar em uma praça pública, onde ingeriu substâncias psicoativas pela primeira vez, oferecida por um usuário que frequentava o local. Além de consumir substâncias (e.g., cocaína e maconha), envolveu-se com traficantes locais, ocasião em que o participante começou a traficar drogas. Como consequência, o participante sofreu duas detenções e foi conduzido a uma das delegacias e, em seguida, colocado em liberdade.

O motivo pelo qual deu entrada na unidade onde cumpria medida socioeducativa foi o de ter cometido homicídio. Tirou a vida de um de seus pares que além de usar, também traficava substâncias psicoativas. O participante relatou que no dia em que matou o rapaz, havia três dias consecutivos que estava sob efeitos de drogas. Também relatou que discutiu

com a vítima nos dias que precederam ao assassinato. Este fato o deixou temeroso por ter sofrido ameaças de morte. Quando foi cobrá-lo em função de uma dívida por drogas se desentenderam e, como se encontrava armado, disparou três tiros contra a vítima. Evadiu-se do local, mas imediatamente foi localizado e detido pela polícia, sendo então encaminhado a unidade em que cumpria medida socioeducativa

Ao atribuir responsabilidade ao crime por ele cometido, culpou a namorada, afirmando que ela discutia frequentemente com ele. Também culpou a mãe que não lhe dera amor e carinho; culpava o pai, por não existir para defendê-lo do mundo, enfim culpava todas as pessoas em seu redor, a sua “galera”; além destes, culpava a própria vida ao afirmar que a considerava injusta. Como consequência desse emaranhado de problemas, verbalizou que não confiava em ninguém, nem na própria sombra.

Materiais e Ambiente

O estudo foi desenvolvido em uma instituição, que tinha como função efetuar as medidas socioeducativas, segundo as normas do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). A unidade oferecia aulas do ensino regular, atividades físicas, cursos profissionalizantes, oficinas de artesanato, entre outros.

Foi utilizada a sala de atendimento da equipe técnica como ambiente da pesquisa. A mesma estava equipada com três mesas, seis cadeiras, armário com chave, banheiro, dois notebooks e ar-condicionado. A sala também foi equipada com uma câmera digital filmadora, instalada em um tripé próximo a pesquisadora e ao sujeito da pesquisa, de modo que registrasse em vídeo todos os comportamentos do participante, em sessões distintas. Outro ambiente utilizado foi a quadra poliesportiva da unidade.

Quanto aos materiais foram utilizados: folhas de registros para anotação de frequência de comportamentos desejados e comportamentos-problema (Anexo 3) e a Entrevista de Avaliação Funcional de O’Neill et al. (1997), traduzida e adaptada por Oliveira e Britto

(2011) [Anexo 4], filmadora digital, notebook, impressora, canetas esferográficas, lápis preto HB2, coleção de lápis de cor com 12 unidades, folhas de papel chamex e borrachas. Também se utilizou livros, revistas e comestíveis (salgados fritos, sanduíches, amendoins e sucos). Os comestíveis foram selecionados após entrevista com familiar do participante.

Procedimento

Em um primeiro momento, a pesquisadora entrou em contato com a Instituição e dela obteve a autorização para a realização deste estudo, assim como obteve informações sobre os possíveis internos da referida unidade que poderiam se enquadrar nos objetivos da pesquisa, rotinas da instituição e trâmites necessários para liberação de entrada e execução da pesquisa no local.

Após autorização do local e também do juiz responsável pela Vara da Infância e Juventude da comarca de Gurupi-TO, aprovação do Comitê de ética em pesquisa, sob o número de parecer 1.555.254, foi feito contato com profissionais que trabalhavam na unidade com a finalidade de solicitar que indicassem o participante que se enquadrava nos critérios de inclusão do estudo.

Os critérios de inclusão para participação na pesquisa foram: 1) Adolescente entre 17 e 21 anos que estivesse cumprindo medidas socioeducativas há mais de 01 mês; 2) que aceitasse participar durante todo o período de realização deste estudo; 3) que apresentasse comportamentos de risco, tais como agressões verbais e físicas, autolesão, comportamento destrutivo e que violasse o direito de outras pessoas e que dificultasse a convivência entre os mesmos; 4) que assinasse o Termo de Consentimento Livre Esclarecido (TCLE).

Os critérios de exclusão foram: 1) adolescente entre 17 e 21 anos que estivesse próximo da progressão de medida; 2) impedido de participar por ordem da direção da unidade; 3) apresentasse uma baixa frequência nas sessões que favorecesse não atingir o mínimo necessário de sessões para a realização do estudo de maneira completa.

A instituição, o participante e a família do mesmo foram informados sobre a execução da pesquisa, seus objetivos e as estratégias a serem utilizados. Neste momento, durante a leitura do TCLE, explicou-se a importância do registro das sessões em áudio e vídeo, riscos e benefícios e a duração dos trabalhos. Enfatizou-se que o participante poderia encerrar sua participação a qualquer momento, sem nenhum prejuízo para ele ou para família. Foi solicitada permissão para divulgação dos resultados do estudo em revistas e/ou eventos científicos com a garantia de que seria resguardado sigilo sobre dados que pudessem identificá-los. Ao término da leitura do TCLE, depois de esclarecidas as dúvidas, foi solicitada a assinatura do TCLE pelo participante e familiar, assim foram agendados dias e horários para a realização das sessões.

Fase I – Avaliação funcional indireta por meio de entrevista.

Com a finalidade de obter maiores informações sobre os comportamentos-problema do participante foi aplicada a entrevista de avaliação funcional de O’Neill et al. (1997), traduzida e adaptada por Oliveira e Britto (2011).

Respondeu à entrevista a avó materna do participante. Sua finalidade foi identificar os déficits comportamentais e as consequências produzidas em distintos momentos dentro da sua história de vida, tais como: os eventos ambientais que desencadeavam seus comportamentos-problema; se na presença ou na ausência de determinada atividade ou pessoa; como estes eram afetados; e as atividades que os participantes gostavam, etc. Sua aplicação foi individual, isto é, entre a pesquisadora e a avó que convivia diretamente com ele. Esclareceu-se ao familiar a função da entrevista: coletar informações sobre a funcionalidade dos comportamentos-problemas, isto é, os eventos controlavam e os mantinham.

Foram investigados: (a) o tipo de comportamento emitido, sua frequência e duração; (b) o que afetava tal comportamento; além de (c) outros dados sobre a história dos comportamentos; e como (d) o participante buscou controlá-los, por quanto tempo esses

comportamentos estavam sendo um problema ao participante e ao seu ambiente social. A entrevista ocorreu em dia e horário previamente agendado, com duração de 55 minutos, sendo registrada em vídeo.

Fase II – Avaliação funcional por meio de observação direta

Foram realizadas sessões de observação direta dos comportamentos do participante na sala de atendimento da equipe técnica e na quadra esportiva, em momentos distintos. A finalidade era observar eventos antecedentes e consequentes que os controlavam. Os comportamentos-problema foram observados e registrados de forma cursiva nos momentos em que o participante interagiu com algumas pessoas.

Na sala da equipe técnica, observou-se durante 20 minutos o comportamento do mesmo, em que estava colaborando com a equipe na confecção de bandeirolas para decoração da festa junina da unidade. Observou-se também o momento em que praticava atividade física (futsal) com os demais adolescentes na quadra poliesportiva da unidade, tendo duração de 20 minutos.

Fase III – Análise funcional (experimental).

A análise funcional foi usada para testar as variáveis relacionadas à ocorrência dos comportamentos do participante. Para a realização da mesma, registraram-se os comportamentos, enquanto se manipulou o ambiente. Para o controle dos procedimentos, foi aplicado o delineamento de múltiplos elementos. Este delineamento foi aplicado em 4 condições principais: (1) condição de atenção social, (2) condição de demanda, (3) condição sozinho e (4) condição de controle.

A condição de atenção social foi manipulada em três subcondições: atenção-advertência; atenção-reprovação e atenção-preocupação. A ordem de aplicação das condições deste delineamento foi decidida por sorteio e após a aplicação destas condições houve replicação das condições em ordem inversa.

Todas as sessões do delineamento de múltiplas condições duraram 5 minutos e

ocorreram duas vezes na semana, sendo a primeira de aplicação e a segunda, replicação. Foram realizadas seis sessões por dia com intervalo de 10 minutos entre elas. Todas as sessões foram registradas em vídeo. Em todas as condições manipuladas a pesquisadora e o participante se encontravam na sala e estavam sentados um frente ao outro.

Condição de atenção social: manipulada em três subcondições:

(1.1) *Atenção - advertência: a família é importante.* A pesquisadora retinha os níveis de atenção social como olhares, sorrisos e verbalizações mínimas. A cada emissão de comportamentos relacionados a problemas familiares (e.g., minha família não se preocupa comigo; só pensam em dinheiro; nunca deveria ter nascido; ninguém me ama na minha casa; nunca tive amor de pai e mãe; todos só queriam me bater; nunca tive ninguém que me defendesse) a pesquisadora disponibilizava advertência: “*a família é importante!*”.

(1.2) *Atenção - reprovação: movimentar a cabeça para os lados.* Pesquisadora se mostrava com expressão facial neutra e um nível de atenção mínima. A cada emissão de fala do tipo (e.g., senti uma raiva muito grande; me deu vontade de matar; me veio pensamentos errados; não sei do que sou capaz) a pesquisadora em silêncio e expressão facial séria movimentava a cabeça para os lados em sinal de reprovação.

(1.3) *Atenção – preocupação: você realmente pensa assim?* Nesta condição, ambos, encontravam-se na sala, sentados um em frente ao outro e interagiam verbalmente. A cada emissão falas de risco do tipo (e.g., no mundo da malandragem matar ou morrer é coisa normal; na minha galera usar droga é normal, tudo mundo usa; lá todo mundo briga um com o outro, faz parte da vida), a pesquisadora disponibilizava a atenção no formato de preocupação: “*você realmente pensa assim?*”.

Condição demanda - olhar e comentar imagens. Foi solicitado ao participante que visualizasse e comentasse imagens de pais e filhos interagindo (e.g., sorrindo, brincando, se abraçando) apresentadas na tela do *notebook*, que consistia no tema em que o mesmo

apresentava maior dificuldade. Após cada emissão de comportamentos do tipo (e.g., é difícil falar sobre isso; dói ver isso; nunca tive isso em minha vida) a tarefa era retirada. Transcorridos dez segundos a demanda era novamente oferecida.

Condição sozinho: o participante foi comunicado que a pesquisadora deixaria a sala e que voltaria dentro de alguns minutos. O participante foi deixado sozinho na sala. A filmadora permaneceu ligada durante a sessão.

Condição controle: esquema denso de reforçadores: Foi disponibilizado reforçadores ao participante (e.g., canetas, lápis preto HB2, coleção de lápis de cor com 12 unidades, folhas de papel chamex, borrachas, livros, revistas; salgados fritos, sanduíches, amendoins e sucos). Foi dito ao participante que poderia ficar à vontade. A pesquisadora no canto da sala folheava um livro.

A Tabela 1 resume as diferentes condições manipuladas, os números de sessões e a duração das sessões do delineamento de múltiplos elementos.

Tabela1
Resumo das condições manipuladas.

<i>Delineamento</i>	<i>Condição</i>	<i>Sessões</i>	<i>Duração</i>	<i>Manipulações</i>
Delineamento de Múltiplos Elementos	Atenção-advertência	3ª e 9ª	5min	Comportamento-problema foi seguido: “a família é importante!”.
	Atenção-reprovação	2ª e 8ª	5min	Comportamento-problema foi reprovado: movimentar a cabeça para os lados.
	Atenção-preocupação	6ª e 12ª	5min	Comportamento-problema foi seguido: “você realmente pensa assim?”.
	Demanda - olhar e comentar imagens	1ª e 7ª	5min	A recusa foi conseqüenciada com a suspensão da demanda por 10 segundos.
	Sozinho	4ª e 10ª	5min	Participante sozinho e filmadora ligada durante sessão.
	Controle	5ª e 11ª	5min	Esquema denso de reforçadores e pesquisadora no canto da sala.

Fase IV- Programa de tratamento.

Para tratar os comportamentos-problema do participante foi empregado o reforçamento diferencial de comportamentos alternativos mais extinção (DRA+EXT), onde comportamentos-problema (CP) foram ignorados (extinção – EXT) e comportamentos

desejados (CD) foram reforçados. Para o controle dos procedimentos, foi usado o delineamento de reversão-replicação do tipo ABAB, seguido de *follow-up*. As sessões desta fase foram agendadas semanalmente em horários previamente estabelecidos e durou aproximadamente 20 minutos, cada sessão, num total de 14 sessões.

O delineamento foi iniciado com quatro sessões para o levantamento dos dados em fase de linha de base (A). Após a conclusão desta fase, foram iniciadas as sessões da fase de tratamento (B) com quatro sessões. Em seguida, mais duas sessões de linha de base (A). E por fim, outra fase de tratamento (B) com mais quatro sessões. Um mês após o término dos procedimentos foi realizado uma sessão de *follow-up*. A Tabela 2, a seguir, resume as fases do tratamento com o uso do delineamento ABAB seguido por *follow-up*.

Tabela 2
Fases do tratamento com o uso do delineamento ABAB seguido por *follow-up*.

<i>Delineamento</i>	<i>Condição</i>	<i>Sessões</i>	<i>Duração</i>	<i>Manipulações</i>
Reversão-Replicação (ABAB)	LB-I	4	20min	Não houve consequências para os relatos verbais
	Tratamento	4	20min	Liberação de DRA para CD e EXT para os CP
	LB-II	2	20min	Não houve consequências para os relatos verbais
	Tratamento	4	20min	Liberação de DRA para CD e EXT para os CP
	<i>Follow-up</i>	1	20min	Registros de CP e CD

Linha de Base (A). As sessões dessa fase foram conduzidas sem o estabelecimento de manipulação experimental. A pesquisadora anotou os comportamentos-problema do participante. O conteúdo verbal das sessões foram temas livres elegidos pelo participante e pesquisadora.

Tratamento (B). *Reforçamento diferencial de comportamentos verbais alternativos mais extinção (DRA+EXT).* Durante as sessões de intervenção, a pesquisadora manteve-se calada, ouvindo os relatos sobre os comportamentos-problema do participante. Quando da emissão de relatos do tipo (e.g., “As pessoas não são confiáveis!; “Não confio nem na minha

sombra”; “Nunca tive amor de pai e mãe”; “Ninguém nunca me defendeu, só me batiam”; “Estou aqui por causa da minha família”), a pesquisadora não emitiu comentário algum (procedimento de retirada da atenção social). No entanto, qualquer relato de comportamento-desejado emitido pelo participante fosse do tipo (e.g., “É preciso confiar nas pessoas”; “Minha vida vai ser diferente, quero ter um futuro melhor!”; “Tenho muitos momentos felizes com minha família!”; “Quero trabalhar, ganhar meu dinheiro honestamente, casar e ter minha família!”) era conseqüenciada com atenção social.

Fase V- Análise dos dados

Após a aplicação das sessões com os dois delineamentos foi iniciada a transcrição dos dados registrados em vídeo com as ocorrências dos comportamentos nas folhas de registros para anotação de suas frequências. De forma cursiva e na ordem em que ocorreram, foram transcritas todas as suas respostas verbais. Pela observação de seus comportamentos e pela transcrição de seus relatos registrados em vídeo, foi possível estabelecer uma avaliação geral de seu repertório comportamental.

A variável dependente, comportamentos-problema, foi categorizada como comportamentos-problema (CP) e comportamentos desejados (CD). Estes tipos de topografias verbais ocorreram em formato de sentenças. Foram consideradas problemas, sentenças proferidas pelo participante do tipo (e.g., “aqui estou por causa da minha família”; “as pessoas não são confiáveis!; “não confio nem na minha sombra”; “nunca tive amor de pai e mãe”; “ninguém nunca me defendeu, só me batiam”).

Já os comportamentos desejados foram definidos como uma série de respostas verbais com conteúdos apropriados (e.g., “É preciso confiar nas pessoas”; “Minha vida vai ser diferente, quero ter um futuro melhor!”; “Tenho muitos momentos felizes com minha família!”; “Quero trabalhar, ganhar meu dinheiro honestamente, casar e ter minha família!”). O tipo de relatos proferidos pelo participante pode ser resultante de práticas convencionais de reforçamento de sua comunidade verbal.

Os vídeos foram reprisados tantas vezes quantas foram necessárias para a correta transcrição tanto dos CP quanto dos CD. Para a identificação desses comportamentos, após a transcrição, foram sinalizados CP com a cor azul e os CD com a cor verde nas folhas de registro.

Os dados apresentados na Tabela 3, a seguir, exemplificam alguns tipos de relatos do participante e os critérios diagnósticos do DSM-5, para o transtorno de personalidade antissocial.

Tabela 3
Exemplos de comportamentos-problema do participante e categorias segundo o DSM-5.

<i>Comportamentos-problema</i>	<i>Categoria segundo o DSM-5</i>
“Quando o cara tentou me fazer de besta, senti um ódio muito grande, aí fui lá e matei ele”	Irritabilidade, fracasso em ajustar-se às normas sociais
“Tenho muitos pensamentos ruins e para melhorar eu dou murro na parede”	Impulsividade, agressividade
“Já pensei várias vezes em me matar e acabar com isso tudo”	Ideação suicida
“Acho que nunca vou sair dessa vida”	Ausência de remorso, indiferença
“Eu gosto muito da minha namorada, mas tem hora que sinto vontade de matar ela”	Irresponsabilidade reiterada
“Eu não sou uma boa pessoa, eu não mereço o melhor mesmo”.	Tendência a falsidade, descaso

Fase VI- Cálculo do índice de concordância

Para que esse fosse realizado, contou-se com a colaboração de dois profissionais independentes deste estudo, mas da área de psicologia, com experiência em observação. Para o cálculo do índice de concordância dos dados foi utilizada a fórmula: $[\text{concordância} / (\text{concordância} + \text{discordância})] \times 100$ (Martin & Pear, 2007/2009). Para a análise de concordância dos dados entre os observadores foi analisada as categorias comportamentais do participante durante todas as fases deste estudo. O resultado obtido para os CD foi 93,1% e

para os CP, de 90,7%, os quais se encontram dentro da margem de variação 80 a 100% considerados aceitáveis.

RESULTADOS

Os dados obtidos por meio do processo de avaliação funcional indireta e observações diretas estão apresentados em formato de tabelas. Os obtidos pela aplicação de delineamento de múltiplos elementos e de reversão-replicação seguidos por *follow-up* estão apresentados no formato figuras.

A Tabela 4, dados da fase I, apresenta informações coletadas através de entrevista de avaliação funcional com um membro da família do participante: avó materna. Segundo ela, os CP ocorriam com maior frequência em horários variados, independentemente do ambiente, na presença de familiares com grau de parentesco mais distante e quando era advertido. Falava coerente e adequadamente para obter atenção social, alimentos e rejeitar situações, entretanto, falava com o tom de voz elevado para indicar desconforto físico. Para indicar descontentamento falava de modo irônico e olhava nos olhos das pessoas visando intimidar. Os eventos reforçadores para o mesmo eram comer alimentos fritos e/ou secos, sanduíche, suco, manusear aparelho celular e/ou computador, jogar futebol, pintar, ir a locais públicos e adquirir roupas e calçados.

Tabela 4
Informações obtidas com familiar por meio de entrevista.

<i>Comportamentos desadaptativos</i>	<i>Eventos que desencadearam</i>	<i>Como se comunica com pessoas para:</i>	<i>Eventos reforçadores</i>
Fazer uso de palavrões; Fazer uso de entorpecentes; Bater em seus pares; Cometer homicídio; Reclamar, falar mal da família.	Os CP ocorriam com maior frequência em horários variados, independente do ambiente, na presença de familiares com grau de parentesco mais distante e quando era advertido.	Obter atenção social, alimentos e rejeitar situações: fala coerente e adequadamente; Indicar desconforto físico: fala com o tom de voz elevado; Indicar descontentamento: fala de modo irônico e olha nos olhos visando intimidar.	Comer alimentos fritos e/ou secos, sanduíche, suco, manusear aparelho celular e/ou computador, jogar futebol, pintar, ir a locais públicos e adquirir roupas e calçados.

A Tabela 5, dados da fase II, descreve as relações entre eventos antecedentes e consequentes dos comportamentos desadaptativos do adolescente. Esses dados foram obtidos

por meio de observação direta dos comportamentos do participante, em dois ambientes, sala de atendimento da equipe técnica e quadra poliesportiva, registrados em vídeos.

Tabela 5
Eventos antecedentes e consequentes dos comportamentos-problema.

<i>Evento antecedente</i>	<i>Comportamento-problema</i>	<i>Evento consequente</i>
Junto com os pares no pátio	Fala palavrões Fala mal dos funcionários Fala mal da namorada	Colegas sorriam, funcionário se aproxima, calam-se.
Recebe advertência (Não faça isso!) por socioeducador	Esmurra a parede Falar palavrões	Afasta-se do local.
Jogando futebol com os pares	Falar palavrões Grita com os pares	Pares reclamam e falam em parar de jogar.
Em fila para retornar ao alojamento	Empurra colega	Funcionário o adverte verbalmente e os recolhem ao alojamento.
Confeccionando bandeirolas	Fala mal da família e namorada Fala mal dos pares Fala mal dos funcionários Culpa o pai por se encontrar ali	Funcionários advertem verbalmente. É encaminhado para atendimento psicológico.
Em atendimento por profissional da equipe técnica (psicóloga)	Fala mal da família Fala mal da namorada Reclama dos pares Fala palavrões	Profissional ouve em silêncio.
No corredor aguardando atendimento da equipe técnica (enfermeira)	Reclama da comida Fala que está com dor de cabeça	O diretor é informado e o adverte verbalmente. É providenciada a medicação.

Os dados da Tabela 5 resumem os dados da observação direta do comportamento do participante. A observação ocorreu durante a atividade física realizada na quadra poliesportiva da unidade em que jogavam futebol, sendo dois times de dez adolescentes disputando o jogo, e supervisionada por dois socioeducadores. O participante interagiu com seus colegas, ora conversando e sorrindo, ora falando alto e pronunciando palavrões.

Outro momento observado foi durante a confecção de bandeirolas para decoração da festa junina que iria ocorrer na unidade. Estavam presentes na sala o participante e outro adolescente, a psicóloga da unidade e a pesquisadora, interagindo verbalmente. O participante passou a maior parte do tempo queixando-se, falando mal da família, da namorada, dos

colegas de alojamento e dos funcionários, sendo então encaminhado ao atendimento psicológico e após solicitou atendimento com a enfermeira da unidade, e ao aguardar ser recebido por ela continuou queixando-se da comida e de sua dor de cabeça.

A Figura 1 apresenta as frequências de CD e CP emitidas pelo participante na aplicação e replicação da subcondição atenção-advertência do delineamento de múltiplos elementos.

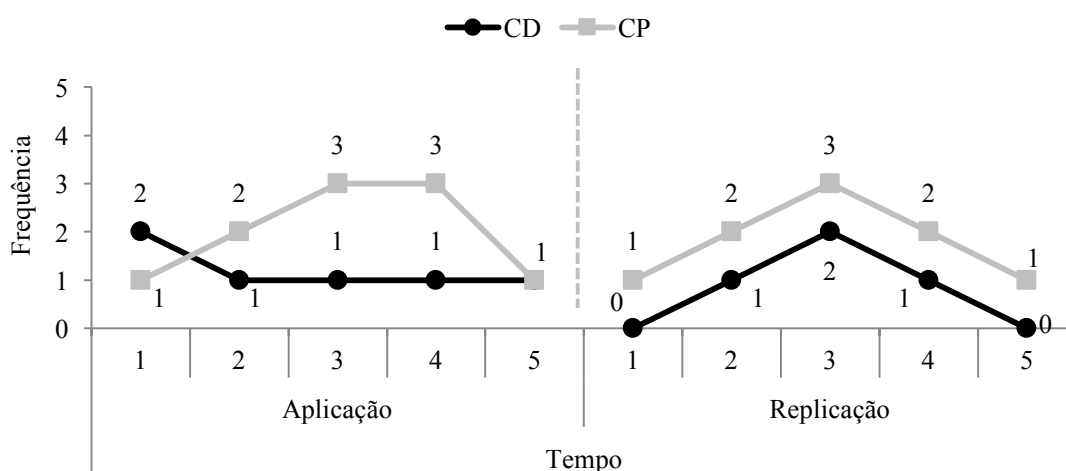


Figura 1. Frequência de CD e CP na subcondição atenção-advertência.

Na subcondição atenção-advertência, fase de aplicação, foram registradas: 1 ocorrência de CP no minuto um; 2 no minuto dois; 3 no minuto três; 3 no minuto quatro e 1 no minuto cinco, com uma variação de 1 a 3 CP por minuto e um total de 10. A ocorrência de CD teve frequência de 2 no minuto um; 1 no minuto dois; 1 no minuto três; 1 no minuto quatro e 1 no minuto cinco, com variação de 1 a 2 CD por minuto e um total de 6. Na replicação, a frequência de CP foi de 1 no minuto um; 2 no minuto dois; 3 no minuto três; 2 no minuto quatro e 1 no minuto cinco, com uma variação de 1 a 3 CP por minuto e um total de 9. A ocorrência de CD teve frequência de zero no minuto um; 1 no minuto dois; 2 no minuto três; 1 no minuto quatro e zero no minuto cinco, com variação de zero a 2 CD por minuto e total de 4.

A Figura 2 apresenta as frequências de CD e CP emitidas pelo participante na aplicação e replicação da subcondição atenção-reprovação do delineamento de múltiplos

elementos.

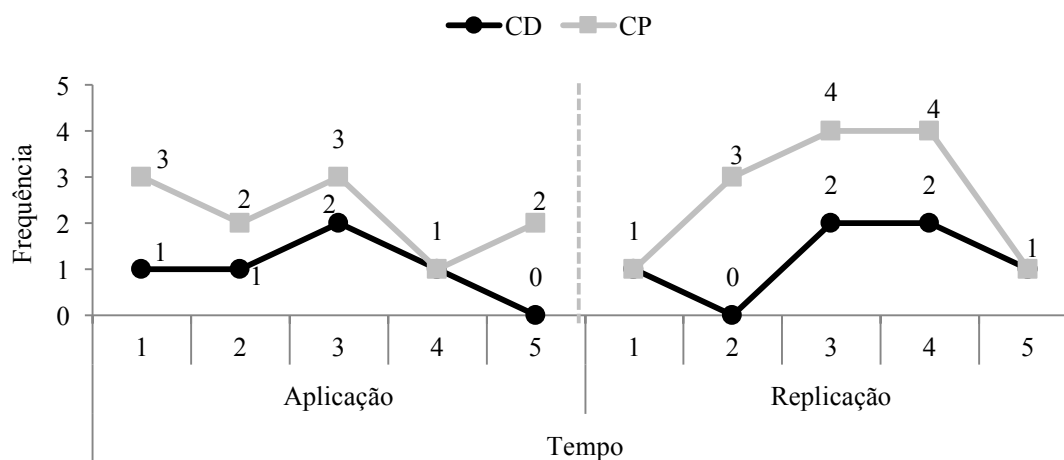


Figura 2. Frequência de CD e CP na subcondição atenção-reprovação.

Na subcondição atenção-reprovação, na fase de aplicação, a ocorrência de CP se deu na frequência de 3 no minuto um; 2 no minuto dois; 3 no minuto três; 1 no minuto quatro e 2 no minuto cinco, com uma variação de 1 a 3 CP por minuto e um total de 11. A ocorrência de CD registrou frequência de 1 no minuto um; 1 no minuto dois; 2 no minuto três; 1 no minuto quatro e zero no minuto cinco, com variação de zero a 2 CD por minuto e um total de 5. Na replicação, a frequência de CP foi de 1 no minuto um; 3 no minuto dois; 4 no minuto três; 4 no minuto quatro e 1 no minuto cinco, com uma variação de 1 a 4 CP por minuto e total de 13. A ocorrência de CD teve frequência de 1 no minuto um; zero no minuto dois; 2 no minuto três; 2 no minuto quatro e 1 no minuto cinco, com variação de zero a 2 CD por minuto e um total de 6.

A Figura 3 apresenta as frequências de CD e CP emitidas pelo participante na aplicação e replicação da subcondição atenção-preocupação do delineamento de múltiplos elementos.

Na subcondição atenção-preocupação, na fase de aplicação, a ocorrência de CP se deu na frequência de 2 no minuto um; 2 no minuto dois; 3 no minuto três; 1 no minuto quatro e 2 no minuto cinco, com uma variação de 1 a 3 CP por minuto e um total de 10. A ocorrência de CD registrou frequência de 1 no minuto um; zero no minuto dois; 1 no minuto três; 1 no

minuto quatro e 1 no minuto cinco, com variação de zero a 1 CD por minuto e um total de 4. Na replicação, a frequência de CP foi de 3 no minuto um; 2 no minuto dois; 4 no minuto três; 2 no minuto quatro e 2 no minuto cinco, com uma variação de 2 a 4 CP por minuto e total de 13. A ocorrência de CD teve frequência de 1 no minuto um; 1 no minuto dois; 2 no minuto três; zero no minuto quatro e 1 no minuto cinco, com variação de zero a 2 CD por minuto e um total de 5.

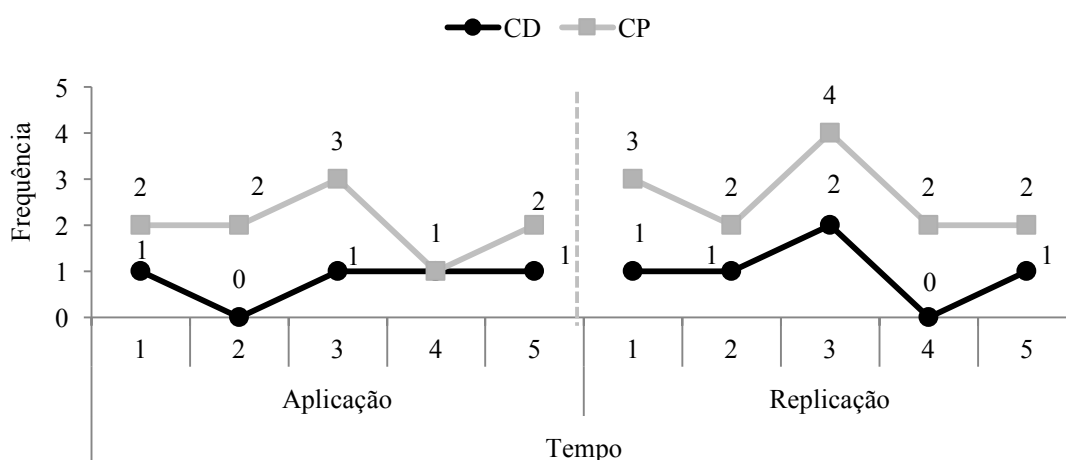


Figura 3. Frequência de CD e CP na subcondição atenção-preocupação.

A Figura 4 apresenta as frequências de CD e CP emitidas pelo participante na aplicação e replicação da condição demanda do delineamento de múltiplos elementos.

Na condição demanda, na fase de aplicação, a ocorrência de CP se deu na frequência de 1 no minuto um; 2 no minuto dois; 2 no minuto três; 1 no minuto quatro e 3 no minuto cinco, com uma variação de 1 a 3 CP por minuto e um total de 9. A ocorrência de CD teve frequência de 1 no minuto um e de zero durante os outros quatro minutos, com variação de zero a 1 CD por minuto e um total de 1. Na replicação, a frequência de CP foi de 2 no minuto um; 2 no minuto dois; 1 no minuto três; 1 no minuto quatro e 3 no minuto cinco, com uma variação de 1 a 3 CP por minuto e um total de 9. A ocorrência de CD teve frequência de zero no minuto um; 1 no minuto dois; 1 no minuto três; zero no minuto quatro e zero no minuto cinco, com uma variação de zero a 1 CD por minuto e um total de 2.

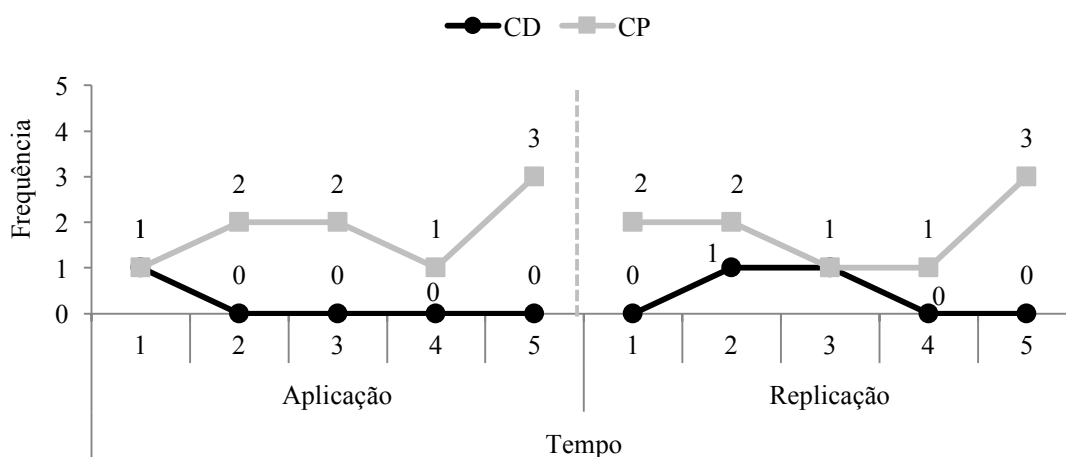


Figura 4. Frequência de CD e CP na condição demanda.

A Figura 5 apresenta as frequências de CD e CP emitidas pelo participante na aplicação e replicação da condição sozinho do delineamento de múltiplos elementos.

Na condição sozinho não houve ocorrência de CP e CD, tanto na aplicação quanto na replicação.

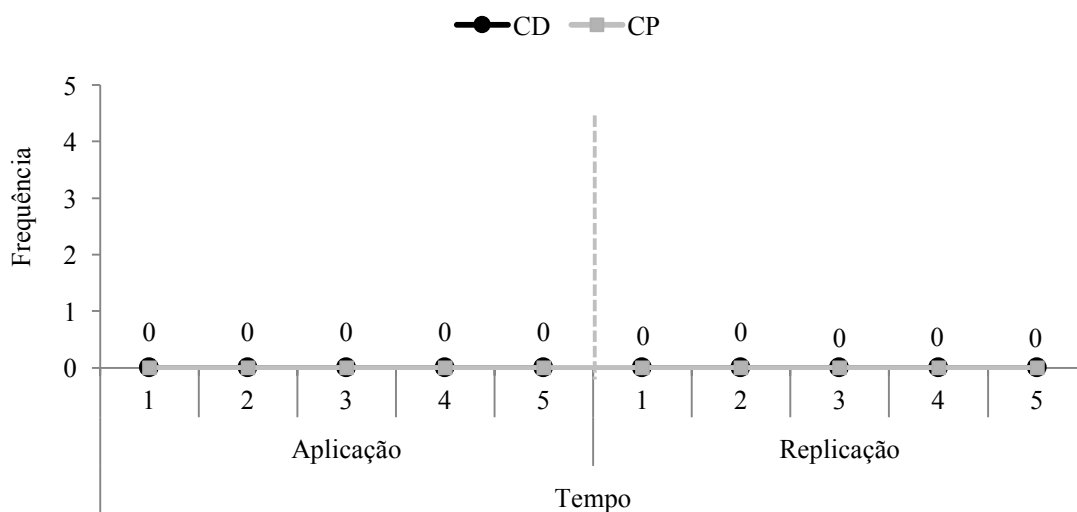


Figura 5. Frequência de CD e CP na condição sozinho.

A Figura 6 apresenta as frequências de CD e CP emitidas pelo participante na aplicação e replicação da condição controle do delineamento de múltiplos elementos.

Na condição controle, na fase de aplicação, a ocorrência de CP se deu na frequência de zero nos cinco minutos da sessão. A ocorrência de CD teve frequência de zero no minuto um; 1 no minuto dois; 1 no minuto três; 1 no minuto quatro e zero no minuto cinco, com variação

de zero a 1 CD por minuto e um total de 3. Na replicação, a frequência de CP foi de zero nos cinco minutos. A ocorrência de CD teve frequência de zero no minuto um; 1 no minuto dois; zero no minuto três; 1 no minuto quatro e zero no minuto cinco, com variação de zero a 1 CD por minuto e um total de 2.

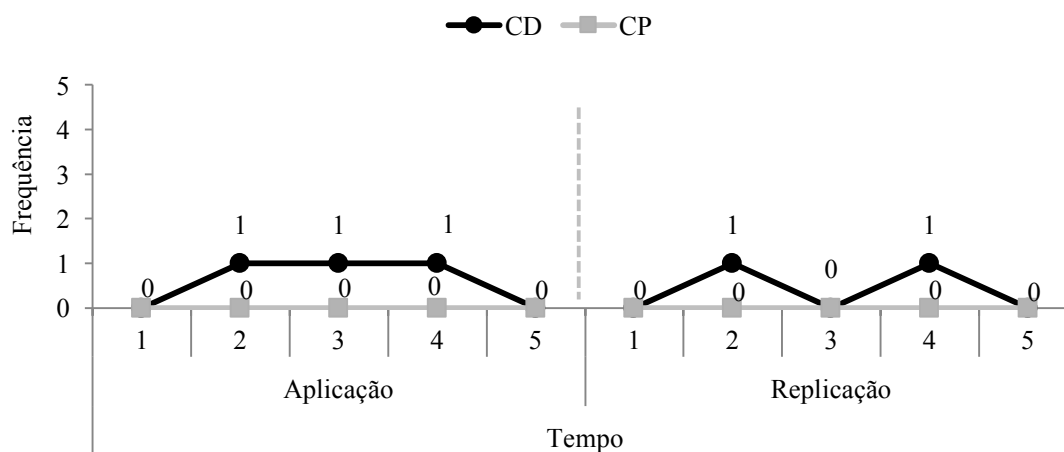


Figura 6. Frequência de CD e CP na condição controle.

Na figura 7, nota-se que a frequência total de CP, na fase de aplicação, apresentou as maiores frequências nas condições atenção-reprovação (11), atenção-advertência (10), atenção-preocupação (10) e demanda (9) e apresentou frequência zero de CP nas condições controle e sozinho. Houve maior frequência de CD nas condições atenção-advertência (6), atenção-reprovação (5) e atenção-preocupação (4) e apresentou frequência zero de CD na condição sozinho, apenas.

Na fase de replicação, registrou-se maior frequência de CP nas condições atenção-reprovação (13), atenção-preocupação (13), atenção-advertência (9) e demanda (9). Houve frequência zero, novamente nas condições controle e sozinho. Houve maior registro de frequência de CD nas condições atenção-reprovação (6), atenção-preocupação (5) e atenção-advertência (4). Houve frequência zero de CD na condição sozinho.

A Figura 7 apresenta um gráfico com o número total das frequências de emissão de CD e CP de todas as condições, tanto na aplicação quanto na replicação.

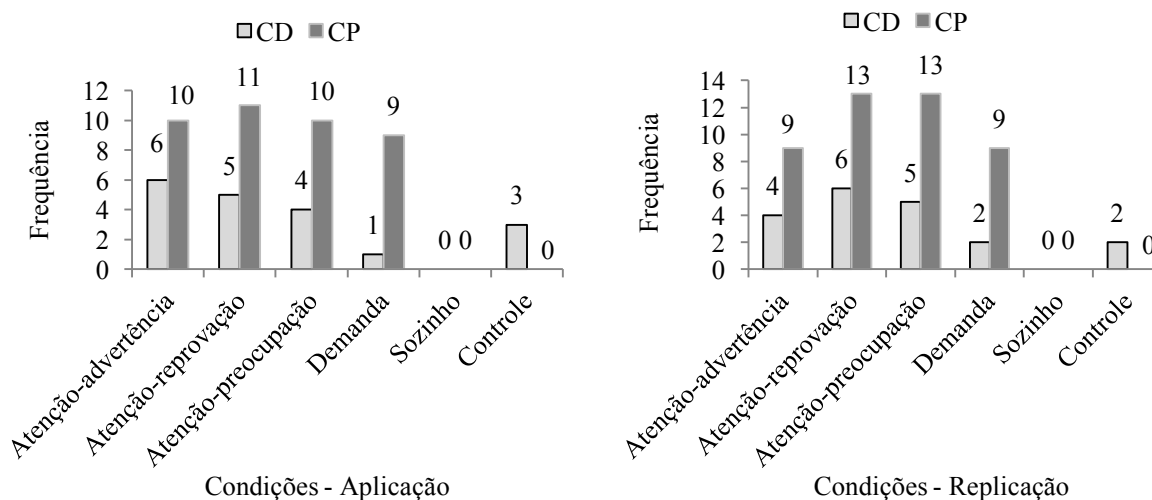


Figura 7. Frequências de CD e CP nas fases de aplicação e replicação das condições experimentais.

Na Figura 8 constam os dados do delineamento de tratamento de reversão-replicação do tipo ABAB, seguido por *follow-up*. Na primeira linha de base (LB-I) (A) houve um registro de frequência maior de CP da primeira à quarta sessão, (34, 26, 28, 30, respectivamente), comparado aos CD (9, 5, 11, 15) também da primeira a quarta sessão, respectivamente.

Na aplicação da reversão (B) de intervenção (DRA + EXT), os CP apresentaram redução em frequência com relação à LB-I e houve manutenção em baixa ocorrência. Desde a primeira sessão houve uma inversão das frequências com relação à LB-I, onde os CD tiveram maior frequência que os CP. Os CP registraram as seguintes ocorrências da primeira a quarta sessão, respectivamente (20, 16, 11, 7). Em oposição aos CP, houve a ocorrência de CD em frequência maior comparado à LB-I, com certa regularidade da primeira à quarta sessão (24, 20, 23, 30, respectivamente).

Na segunda linha de base (LB-II) (A), nas duas sessões desta fase, os CP continuaram baixos se comparados à primeira linha de base e suas frequências continuaram menores com relação aos CD. Foram registrados 13 CP na primeira sessão e 9 na segunda. Já os CD da sessão um e dois, se mantiveram altos, superando a média da etapa anterior, as sessões tiveram 26 e 28 registros, respectivamente.

Na fase de replicação (B) de intervenção (DRA + EXT), os CP apresentaram redução desde a primeira sessão, apresentando os menores escores com relação a todas as fases anteriores do tratamento. Os CP se mantiveram menores que os CD, como nas fases anteriores, excetuando-se LB-I. Os CP registraram as seguintes ocorrências da primeira a quarta sessão, respectivamente (9, 4, 3, 1), com destaque para a última sessão que só houve o registro de 1. Por outro lado, aos CD continuaram a elevar suas frequências, chegando a registrar a maior ocorrência de comportamentos em todas as fases do tratamento. Foram registradas as seguintes frequências para CD da primeira à quarta sessão (27, 37, 31, 40, respectivamente).

Na aplicação do *follow-up*, foram registradas 38 ocorrências de CD, sendo que houve o registro de apenas 4 CP, com a manutenção de emissão de CD em maior frequência comparado aos CP.

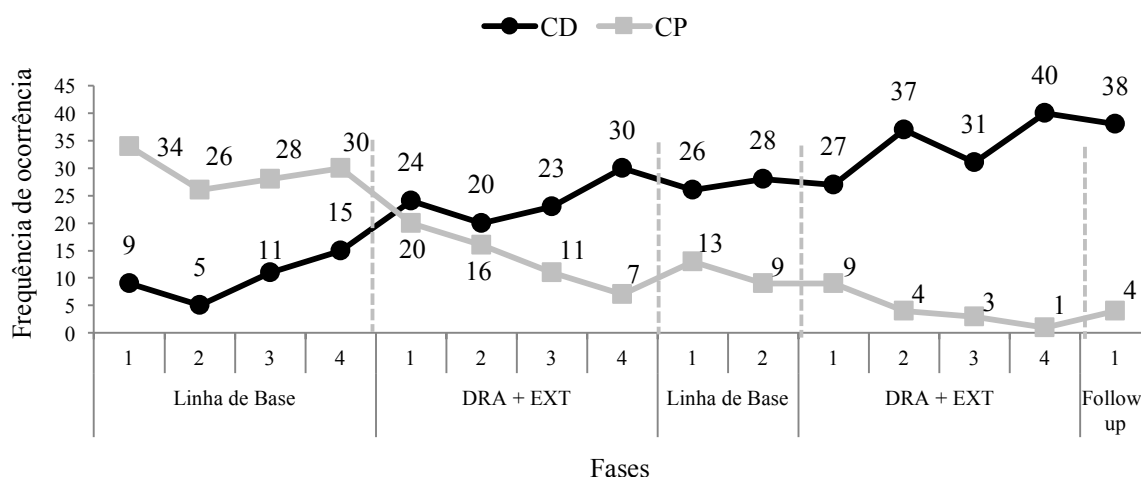


Figura 8. Frequência de CD e CP na aplicação do DRA + EXT, fase do delineamento ABAB e *follow-up*.

A Figura 8 apresenta dados para a análise dos resultados por meio dos procedimentos aplicados com o uso do DRA no tratamento do participante. Nota-se que o mesmo apresentava uma frequência de CP em maior quantidade na fase da primeira linha de base (LB-I). Quando da primeira sessão de intervenção, a frequência de emissão de CP apresentou redução significativa e se mantiveram nas fases seguintes, inclusive na segunda linha de base

(LB-II). Pode-se observar que os CP comparados aos CD, sofreram um processo de inversão na emissão de frequência desde a primeira sessão de intervenção e se mantiveram em todas as demais fases do tratamento. Ou seja, os CD tornaram-se mais frequentes em relação aos CP em todas as sessões, inclusive mantiveram-se, 30 dias após, na fase de *follow-up*.

DISCUSSÃO

No presente estudo, objetivou-se avaliar funcionalmente o controle exercido pelos eventos antecedentes e consequentes sobre os comportamentos-problema de um adolescente em conflito com a lei, sendo que o mesmo cumpria pena em uma instituição para menores infratores. Para essa finalidade, foi empregado o processo de avaliação funcional. Para tanto, foram utilizados (a) método indireto por meio de entrevista com a avó materna do participante, (b) observação direta de seus comportamentos em vários momentos na instituição e da (c) metodologia de análise funcional de Iwata et al. (1982/1994). Para tratar os comportamentos-problema foi empregado o reforçamento diferencial de comportamentos alternativos com extinção (DRA+EXT). Para o controle dos procedimentos foi usado o delineamento de reversão-replicação do tipo ABAB, seguido de *follow-up*.

A história ambiental do participante informou que ele foi criado pelos avôs maternos desde os primeiros meses de idade, sendo visitado esporadicamente por sua mãe e, até a coleta de dados, desconhecia a identidade do pai biológico. As informações oferecidas revelaram práticas agressivas e coercitivas na infância, era comum ele sofrer agressões físicas e verbais do avô e dos tios. Marinho e Caballo (2002) argumentam que o desenvolvimento do comportamento antissocial pode estar correlacionado a uma sequência mais ou menos previsível de experiências, uma vez que práticas educativas ineficientes dos pais são vistas como determinantes do problema de comportamento da criança, levando inclusive ao fracasso acadêmico e conseqüentemente à rejeição pelos colegas.

A história ambiental informa ainda que em decorrência das constantes agressões físicas e verbais, além de outros conflitos familiares, o participante foi morar na rua de uma cidade em outro município do Estado, aos quatorze anos de idade. Por conta disso, a família

perdeu o controle de suas atividades e na ausência do monitoramento familiar o participante aproximou-se de usuários e traficantes de droga se tornando mais um entre eles.

A partir dessa breve história é possível evidenciar algumas informações relevantes. Sidman (1989/2009) alerta que indivíduos antissociais aprendem a comportar-se deste modo à medida que suas ações produzem como consequência a remoção ou a eliminação de eventos perturbadores, ameaçadores ou perigosos, de forma que o indivíduo consiga livrar-se, fugir, esquivar-se ou diminuir a frequência e intensidade de estimulação aversiva.

Quanto ao uso e o tráfico de drogas, a literatura aponta que tanto o consumo como o tráfico são preditores do comportamento criminoso (Fonseca, 2014; Gallo & Williams, 2005). Outros fatores apontados e que possuem verossimilhança com a história do participante são: a alta tolerância às infrações (e.g., reincidência em detenções), fracasso acadêmico (e.g., evasão escolar), vínculo pouco afetivo nas relações interpessoais (e.g., não confiar nas pessoas), rejeição de colegas (e.g., sofria agressões verbais por parte dos colegas na infância), influências de pessoas agressivas (e.g., sofria agressões físicas e verbais de familiares) entre outros fatores que contribuem para vulnerabilidade do comportamento antissocial ao demonstrar um conjunto restrito de habilidades adaptativas (Fonseca, 2014; Gallo & Williams, 2005; Sidman, 1989/2009).

Neste contexto, os fatores que explicariam a vulnerabilidade e reforçariam a permanência do comportamento antissocial durante a vida do indivíduo seriam então o comportamento antissocial de familiares, o uso de drogas pelo adolescente, os conflitos e os problemas na família, lares desfeitos, separações e as práticas parentais inconsistentes (Dumas & Wahler, 1985; Pacheco & Hutz, 2009; Rodrigues, 2007).

Nota-se, que os conflitos familiares frequentemente verbalizados pelo adolescente serviam como justificativas para emissões de comportamentos-problema, assim como era recorrente a culpabilização dos pares por seus desvios de conduta. Nesta perspectiva, supõe-se

que as práticas parentais ineficazes e o ambiente familiar conturbado, permitiram o reforçamento dos problemas de conduta do adolescente conforme apontado por Capaldi, Chamberlain e Patterson (1997).

Apesar de Patterson, Reid e Dishion (1992) afirmarem que os comportamentos antissociais (e.g., ameaçar, mentir, manipular, lamuriar, gritar, provocar, bater, desobedecer, fazer birra, coagir, entre outros) podem variar muito quanto à gravidade, cronicidade e frequência, o que para o adolescente pesquisado, antes era considerado comportamentos de baixa gravidade, em decorrência de sua vulnerabilidade e da exposição à eventos preditores, os mesmos se tornaram de alta gravidade (e.g., matar, roubar e traficar) podendo assim, serem considerados comportamentos criminosos e passíveis de pena de morte em outras culturas (e.g., Estados Unidos da América) que não a brasileira.

Quanto aos inibidores do desenvolvimento do comportamento antissocial Gomide (2001), Marinho e Caballo (2002) incluem: o treinamento de pais para adoção de práticas de educação infantil adequadas, melhora das relações afetivas, uso apropriado de reforçamento positivo contingente a comportamentos desejados, engajamento em habilidades para resolver problemas, supervisão e monitoria pelos pais, melhora no desempenho escolar e desenvolvimento de habilidades sociais, dentre outros.

Quanto às aplicações da ciência do comportamento, ressalta-se que, a análise do comportamento, se diferencia de outras aplicações da psicologia. Isso, por enfatizar qualquer aspecto do comportamento, independentemente de quem o emite ou onde ocorre, cruzando as fronteiras profissionais, normalmente utilizadas para definir a psicologia clínica, educacional, hospitalar, organizacional, bem como as categorias diagnósticas dos manuais diagnósticos (Lerman, Iwata & Hanley, 2013).

Portanto, a dimensão deste estudo evidencia a possibilidade de intervir em diversos ambientes, inclusive em instituições para adolescentes infratores, como neste caso, sendo

estes locais ainda pouco explorados pela ciência comportamental e, curiosamente, complexos e ricos em demandas de comportamentos-problema. Contraria ainda a visão tradicional, de que adolescentes em conflito com a lei são incapazes de mudar de comportamentos, ou “não tem solução”, ou ainda, diagnosticados, como acometidos de transtornos de personalidade antissocial, cujo tratamento inclui também o uso de medicamentos.

Pelos resultados encontrados neste estudo, pode-se afirmar que avaliar e tratar comportamentos-problemas em adolescentes em conflito com a lei tornou-se possível através das aplicações da análise do comportamento.

Quanto a avaliação indireta, foi utilizada a entrevista para avaliação funcional, proposta por O’Neill et al. (1997, 2015) sendo possível identificar eventos relevantes da história ambiental do mesmo, sendo considerada aversiva e conturbada e por hora favorecedora de comportamentos-problema. Ainda, por meio da observação indireta, averiguou-se que os comportamentos-problema do participante, envolviam comportamentos como: falar mal de familiares e pares, se comportar de modo agressivo.

A observação direta, ocorrida no próprio local em que cumpre a medida, obtida por meio de diferentes situações de observação (Tabela 05), corroborou com os dados obtidos por meio da entrevista, onde foi possível observar os comportamentos-problema apontados como, por exemplo, falar mal de familiares e de pares. Em suma, os dados obtidos pelas entrevistas e observação direta indicaram que comportamentos antissociais do participante ocorriam em duas principais situações: naquelas envolvendo apresentação de tarefas e naquelas que era disponibilizada atenção social ao mesmo.

Desta forma, utilizando a metodologia de análise funcional para investigar sistematicamente as condições mantenedoras dos comportamentos-problema, optou-se por utilizar as quatro condições - atenção, demanda, sozinho e controle - propostas por Iwata et al. (1982/1994), sendo que a condição de atenção foi subdividida em mais três subcondições.

Observou-se maior frequência de CP na condição de atenção, e em todas as suas subcondições: Atenção-advertência (AA), Atenção-reprovação (AR) e Atenção-preocupação (AP), que buscava investigar o controle do comportamento por reforçamento positivo. Tanto na aplicação, quanto na replicação, as subcondições AR e AP tiveram os maiores registros de frequências de CP. Estas subcondições podem ter atingido maiores ocorrências devido ao fato de ter sido disponibilizada atenção pela pesquisadora para assuntos relacionados a comportamentos de risco, agressivos, sobre uso de drogas, instigantes para o adolescente participante, e que são característicos do ambiente natural na qual o mesmo estava inserido, exercendo então uma função discriminativa para emissão de CP, assim como a presença da pesquisadora, que também pode ter funcionado como discriminativa. Ratifica ainda, conforme resultado da observação indireta, o fato do mesmo emitir comportamentos-problema diante de pessoas mais distantes de seu núcleo familiar e também quando advertido.

Após o participante emitir CP, obtinha atenção social como consequência, sendo esta em forma de reforço, permitindo então o aumento de suas ocorrências, sendo que a mesma não era obtida por qualquer outra condição antecedente, por exemplo, emitir CD, evidenciando que a privação de atenção funcionou como função motivacional (Borba, 2014; Laraway, Snyckerski, Michael, & Poling, 2003; Martin & Pear, 2007/2009; Marcon & Britto, 2011). Balsam e Bondy (1983), em seus achados sobre raiva e agressão, advertem que respostas agressivas podem ser provocadas por estímulos aversivos. Afirmam ainda que a agressão ou a raiva exibida através de gritos ou choros, por exemplo, podem ser direcionadas para o agente que pune ou para outro indivíduo.

Em relação a condição de demanda, que objetivou investigar o controle através do reforçamento negativo, foi a segunda com maior frequência de CP. Os CD, nesta condição, podem ser considerados de baixa frequência, alcançando 1 na aplicação e 2 na replicação. Nota-se por meio dos dados encontrados que, por se tratar de uma tarefa com importante grau

de dificuldade para o participante, (visualizar e comentar imagens de pais e filhos interagindo) o mesmo apresentou alta frequência de CP e, quando retirada a tarefa, o mesmo ficava em silêncio ou, ainda sim, praticamente não apresentava CD (sendo 1 CD ocorrido no primeiro minuto da aplicação e 1 CD no segundo e outro no terceiro minuto da replicação), evidenciando que o reforçamento negativo também manteve os comportamentos-problema.

Buscando investigar se a manutenção do comportamento se dá por reforçamento automático ou sensorial, ou seja, se o tipo de controle para os comportamentos-problema é do tipo não-social, utilizou-se a condição sozinho. Durante a sessão, a filmadora permaneceu ligada registrando possíveis emissões de comportamentos sem a presença de estimulação social. Todavia, nesta condição não houve registro da emissão de CP e CD, tanto na aplicação, quanto na replicação, evidenciando que o comportamento não estava sendo controlado por estimulação sensorial.

De acordo com O'Neill et al. (1997, 2015) e Ceppi e Benvenuti (2011), determinados comportamentos possuem a função autoestimulatória para um indivíduo, fornecendo algum tipo de estimulação interna que reforça esses comportamentos, ou seja, são mantidos por consequências geradas pelo próprio comportamento independentemente do ambiente social, sendo então denominado de reforçamento automático. Ressalta-se que na condição de sozinho o participante mostrava-se controlado por consequências geradas pelo próprio comportamento, uma vez que movimentava bruscamente o próprio corpo ou se mostrava inquieto. Contudo, estes comportamentos não foram alvos de registros, por não se tratar de um objetivo deste estudo.

Em relação a condição de controle, foram disponibilizados objetos e comestíveis considerados reforçadores para o participante. Na aplicação dessa condição, o participante emitiu 3 CD na aplicação e 2 CD na replicação, não havendo emissão de nenhum CP durante todo tempo. Foi observado a preferência do participante pelos comestíveis, evidenciando que

este encontrava-se privado da liberdade de escolha e acesso a comestíveis semelhantes aos disponibilizados, sendo confirmado através dos comportamentos de sorrir ao visualizar os alimentos, se aproximar e manusear rapidamente os mesmos.

Foi empregado um programa de tratamento por meio do delineamento do tipo ABAB, objetivando reduzir os comportamentos-problema emitidos pelo participante. Nesta perspectiva, o programa de tratamento fundamentou-se nos dados obtidos durante avaliação e análise funcional (experimental), os quais indicaram que os CP foram controlados pela obtenção de atenção social e também pela fuga de demanda considerada de difícil realização. Sendo assim, nas sessões de tratamento era disponibilizada atenção contingente aos CD, ao mesmo tempo em que se aplicava procedimento de extinção para os CP (DRA+EXT).

Skinner (1953/2000) assinala que a atenção é um importante reforçador generalizado para estabelecer e modelar o comportamento. No caso deste estudo, optou-se por utilizar como reforçador na condição de tratamento de DRA a atenção na forma de atenção social, contingente a comportamentos alternativos apropriados, sendo indicado por Martin e Pear (2007/2009), utilizar o mesmo reforçador que estava mantendo o comportamento indesejado.

O processo de diminuição na frequência de comportamentos-problema, ocorrido já prontamente na primeira sessão de DRA, deve-se ao fato de que tais comportamentos estavam sendo controlados através da obtenção de atenção social. Na segunda linha de base, os CD permaneceram com maior frequência conforme demonstra a Figura 8 (54 ocorrências), contrapondo aos CP (22 ocorrências).

Durante as sessões de replicação, a queda na frequência de CP ainda foi gradual, contudo, a discrepância dos mesmos foi ainda maior. A ocorrência de CP chegou a 1 na quarta sessão e 40 CD, sendo o menor e maior índice, respectivamente, registrados durante todas as sessões. Registra-se que nesta sessão o adolescente relatou que estava em um excelente dia, que estava feliz, pois tratava-se de uma sexta-feira e receberia a visita de sua

namorada no dia posterior, e que havia ficado a semana toda refletindo sobre sua vida e percebeu que poderia controlar seus comportamentos, agradeceu e afirmou que sua vida seria diferente dali para frente.

Segundo relatos informais dos profissionais atuantes na unidade (psicóloga e cuidadores), após a aplicação do tratamento, o adolescente adquiriu um novo repertório comportamental, desenvolvendo habilidades de manejo de conflitos entre os demais adolescentes do alojamento, se mostrava mais calado, talvez reflexivo e com uma linguagem mais coerente, queixando-se menos de seus problemas pessoais, possivelmente, em decorrência das intervenções realizadas com o mesmo.

Durante o *follow-up*, registrou-se 4 comportamentos-problema e 38 comportamentos desejados. Os fatos supracitados indicam a generalização dos resultados obtidos em sessão experimental. Sendo assim, diante do levantamento das variáveis mantenedoras dos comportamentos-problema do sujeito pesquisado, foi possível intervir, reduzindo os CP e aumentando os CD, evidenciando o cumprimento do objetivo proposto pela pesquisa.

O uso do DRA e da EXT no controle dos comportamentos-problema do participante, obteve efeito programado do tratamento, assim como encontrado em outros estudos (Ayllon & Azrin, 1974/1978; DeLeon et al., 2003; Wilder et al., 2001; Miranda & Britto, 2011; Britto, Rodrigues, Santos & Ribeiro, 2006; Santana, 2008), observando-se que os resultados se mantiveram até o *follow-up*, possibilitando demonstrar o efeito positivo da intervenção.

Entretanto, os dados do *follow-up* mostraram o aparecimento da ressurgência, pois houve um pequeno aumento na frequência dos comportamentos-problema da última sessão da última fase de intervenção para o *follow-up*, ou seja, conforme Pontes e Abreu-Rodrigues (2015) houve o reaparecimento de respostas que foram previamente treinadas e, em seguida, extintas. Existem hipóteses sobre a ressurgência, acredita-se que para este caso específico ocorreu a ressurgência induzida pela extinção, que mostra que quando acontece a extinção

para uma dada resposta, outras respostas tendem a serem apresentadas pelos indivíduos, aumentando assim a variação dos comportamentos (Pontes & Abreu-Rodrigues, 2015).

A estrutura física precária para realização do presente estudo, normas e rotinas e as burocracias da unidade foram algumas das dificuldades enfrentadas para realização desta pesquisa. Contudo, a disponibilidade e empenho dos profissionais envolvidos na unidade facilitaram a concretização desta. Sugere-se também que futuras pesquisas envolvam o treinamento dos profissionais que atuam em unidades socioeducativas, bem como aqueles que lidam diretamente com adolescentes infratores, podendo facilitar o cumprimento de medidas socioeducativas por estes adolescentes.

Apesar dos conflitos de terminologias existentes na literatura, exalta-se a importância de compreender e delimitar a execução dos comportamentos, independentemente da idade em que ocorre, pois, um delito de assassinato será considerado causar a morte de uma pessoa. O entendimento jurídico de que os sujeitos menores de 18 anos de idade não têm discernimento, nem desenvolvimento mental completo, lhes protegem de ser imputada culpabilidade, contudo, é alvo de constante discussão para sua revisão legal, devido às fragilidades e incoerências teóricas a qual decaem. Pode-se questionar: um adolescente com 17 anos, 11 meses e 29 dias de vida ao cometer um crime não poderá ser considerado um criminoso? Após completar 18 anos de idade e cometer um crime, o mesmo deixa de ser inimputável e passa a responder legalmente por seus atos ilícitos?

REFERÊNCIAS

- Associação Americana de Psiquiatria. (2014). *Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais – DSM-5*. Tradução organizada por M. I. C. Matos. 5ª Edição. Porto Alegre: Artmed. (Trabalho original publicado em 2013).
- Ayllon, T. & Azrin, N. (1978). *O emprego de fichas-vale em hospitais psiquiátricos*. São Paulo: EPU/ EDUSP. (Trabalho original publicado em 1974)
- Balsam, P. D., & Bondy, A. S. (1983). The negative side effects of reward. *Journal of Applied Behavior Analysis*, 16(3), 283–296.
- Biglan, A. (1995). Translating what we know about the context of antisocial behavior into a lower prevalence of such behavior. *Journal of Applied Behavior Analysis*, 28(4), 479-492.
- Britto, I. A. G. S. (2012a). Uma visão analítico-comportamental para a esquizofrenia. Em: E. E. Nogueira, E. C. A. Neto, M. E. Rodrigues & N. B. Araripe (Orgs.), *Terapia Analítico Comportamental: dos pressupostos teóricos às possibilidades de aplicação* (pp. 208-228). Santo André, SP: ESETEC Editores Associados.
- Britto, I. A. G. S. (2012b). Psicopatologia e Análise do Comportamento: Algumas reflexões. *Boletim Contexto*, 37(2), 55-76.
- Britto, I. A. G. S., Bueno, G. N. & Marcon, R. M. (2014). Sobre o comportamento do esquizofrênico. *Comportamento em Foco* 4, 47-54.
- Britto, I. A. G. S. & Cesarino, A. M. (2016). Análise do comportamento e o fenômeno emocional. *Fragments de Cultura*, 26(2), 187-196.
- Britto, I. A. G. S., Rodrigues, M. C. A., Santos, D. C. O. & Ribeiro, M. A. (2006). Reforçamento diferencial de comportamentos verbais alternativos de um esquizofrênico. *Revista Brasileira de Terapia Comportamental e Cognitiva*, 8(1), 73-84.
- Britto, I. A. G. S., Rodrigues, I. S., Alves, S. L. & Quinta, T. L. S. S. (2010). Análise funcional de comportamentos verbais inapropriados de um esquizofrênico. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 26(1), 139-144.
- Borba, R. C. C. (2014). Respostas verbais de pessoas com o diagnóstico de transtorno bipolar. Dissertação de Mestrado, Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia, GO, Brasil. (Disponível em <http://tede2.pucgoias.edu.br:8080/handle/tede/1868?mode=full>)
- Baron, A. & Perone, M. (1998). Experimental design and analysis in the laboratory study of human operant behavior. In K. A. Lattal and M. Perone (Editores). *Handbook of Research Methods in Human Operant Behavior*, 45-91, New York: Plenum Press.
- Bueno, G. N. & Britto, I. A. G. S. (2013). *A esquizofrenia de acordo com a abordagem comportamental*. Curitiba: Juruá.
- Byrnes, J. P., Miller, D. C. & Schafer, W. D. (1999). Gender differences in risk taking: A

- meta-analysis. *Psychological Bulletin*, 125(3), 367-383.
- Câmara, S. G. (2005). Comportamentos de risco entre jovens. *Psico*, 36(1), 10.
- Capaldi, D., Chamberlain, P. & Patterson, G. (1997). Ineffective discipline and conduct problems in males: Association, late adolescent outcomes and prevention. *Aggression and Violent Behavior*, 2, 343-353.
- Catania, A. C. (1999). *Aprendizagem: comportamento, linguagem e cognição*. Porto Alegre: ARTMED. (Originalmente publicado em 1998).
- Ceppi, B. & Benvenuti, M. (2011). Análise funcional do comportamento autolesivo. *Archives of Clinical Psychiatry*, 38(6), 247-253.
- DeLeon, I. G., Arnold, K. L., Rodrigues-Catter, V. & Uy, M. L. (2003). Covariation between bizarre and non bizarre speech as a function of the content of verbal attention. *Journal of Applied Behavior Analysis*, 36, 101-104.
- Dias, C., Oliveira-Monteiro, N. R. & Aznar-Farias, M. (2014). Comportamentos antissociais e delitivos em adolescentes. *Aletheia*, (45), 101-113. Recuperado em 02 de fevereiro de 2017, de http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-03942014000200008&lng=pt&tlng=pt.
- Dixon, M., Benedict, H. & Larson, T. (2001). Functional analysis and treatment of inappropriate verbal behavior. *Journal of Applied Behavior Analysis*, 34(3), 361-363.
- Dumas, J. & Wahler, R. G. (1985). Indiscriminate mothering as a contextual factor in aggressive-oppositional child behavior: "Damned if you do damned if you don't". *Journal of Abnormal Child Psychology*, 13, 1-18.
- Dunlap, G. & Kincaid, D. (2001). The widening world of functional assessment: comments on four manuals and beyond. *Journal of Applied Behavior Analysis*, 34(3), 365-377.
- Feijó, R. B., & Oliveira, É. A. D. (2001). Comportamento de risco na adolescência. *Jornal de pediatria*. Porto Alegre. 77(2), 125-134.
- Fonseca, A. (2014). Consumo de Drogas e Comportamentos Antissociais na Adolescência: Que Relação?. *Revista Portuguesa De Pedagogia*, pp. 157-176. Acesso em de <http://iduc.uc.pt/index.php/rppedagogia/article/view/1801>.
- Gallo, A. E. & Williams, L. C. A. (2005). Adolescentes em conflito com a lei: uma revisão dos fatores de risco para a conduta infracional. *Revista Psicologia-Teoria e Prática*, 7(1).
- Gomide, P. I. C. (2001). Efeitos das práticas educativas no desenvolvimento do comportamento anti-social. In M. L. Marinho & V. E. Caballo (Eds.), *Psicologia Clínica e da Saúde*. Londrina, Granada: UEL/APICSA.
- Hagopian, L. P., Dozier, C. L., Rooker, G. W. & Jones, B. A. (2013). Assessment and treatment of severe problem behavior. In G. J. Madden, W. V. Dube, T. D. Hackenberg, G. P. Hanley & K. A. Lattal (Editores), *Handbook of Behavior Analysis* (Vol. 2, pp. 353-

- 386). Washington: APA Handbook in Psychology.
- Hanley, G. P. (2012). Functional assessment of problem behavior: dispelling myths, overcoming implementation obstacles, and developing new lore. *Behavior Analysis in Practice*, 5(1), 54-72.
- Hare, R. D. (2013). Sem consciência. O mundo perturbador dos psicopatas que vivem entre nós. Porto Alegre: Artmed. Traduzido por D. R. Sales (Trabalho original publicado em 1999).
- Hineline, P.N. (1977). Negative reinforcement and avoidance. In W. K. Honig & J. E. R. Staddon (Eds.), *Handbook of operant behavior*, 364-414.
- Iversen, I. H. (1988). Tactics of graphic design: A review. *Journal of the Experimental Analysis of Behavior*, 49, 171-189.
- Iversen, I. H. (2013). Single-case research methods. An overview. In G. J. Madden, Dube, T. D. Hackenberg, G. P. Hanley & K. A. Lattal (Editores), *Handbook of Behavior Analysis*, 1, 03-32. Washington: APA Handbook in Psychology.
- Iwata B. A. (1987). Negative reinforcement in applied behavior analysis: An emerging technology. *Journal of Applied Behavior Analysis*. 20, 361–378.
- Iwata, B. A., & Dozier, C. L. (2008). Clinical application of functional analysis methodology. *Behavior Analysis in Practice*, 1(1), 3-9.
- Iwata, B. A., Dorsey, M. F., Slifer, K. J., Bauman, K. E. & Richman, G. S. (1994). Toward a functional analysis of self-injury. *Journal of Applied Behavior Analysis*, 27(2), 197-209. (Reedição de *Analysis and Intervention in Developmental Disabilities*, 3, 3-20, 1982).
- Iwata, B. A., Smith, R. G., & Michael, J. (2000). Current research on the influence of establishing operations on behavior in applied settings. *Journal of Applied Behavior Analysis*, 33(4), 411-418.
- Jones, K. & Friman, P. (1999). A case study of behavioral assessment and treatment of insect phobia. *Journal of Applied Behavior Analysis*, 32, 95–98.
- Keller, F. S., & Schoenfeld, W. N. (1973). *Princípios de psicologia: um texto sistemático na ciência do comportamento*. Tradução organizada por C. M. Bori & R. Azzi. São Paulo: EPU. (Trabalho original publicado em 1950).
- Landin R. W. (1977). Personalidade. Uma análise do comportamento. Tradução R. R. Kerbauy e L. O. S. Queiros. São Paulo: EPU. (Trabalho original publicado em 1969).
- Laraway, S., Snyderski, S., Michael, J. & Poling, A. (2003). Motivating operations and terms to describe them: some further refinements. *Journal of Applied Behavior Analysis*, 36(3), 407-414.

- Lerman, D. C., Iwata, B. A. & Hanley, G. P. (2013). Applied behavior analysis. In G. J. Madden, Dube, T. D. Hackenberg, G. P. Hanley & K. A. Lattal (Editores), *Handbook of Behavior Analysis, 1*, 81-104). Washington: APA Handbook in Psychology.
- Marinho, M. L. & Caballo, V. E. (2002). Comportamento anti-social infantil e seu impacto para a competência social. *Psicologia, Saúde & Doenças*, 2002, 3(2), 141-147
- Marcon, R. M. (2010). O Comportamento Verbal do Esquizofrênico sob Múltiplas Condições de Controle. Dissertação de mestrado, Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia, GO, Brasil. (Disponível em http://tede.biblioteca.ucg.br/tde_busca/index.php).
- Marcon, R. M. & Britto, I. A. G. S. (2011). Operações motivadoras e atenção social: Eventos relevantes para comportamentos-problema de esquizofrênicos. *Revista Perspectivas em Análise do Comportamento*, 2(2), 192-202.
- Marcon R. M. & Britto, I. A. G. S. (2015). *O Controle pelos Antecedentes e Consequentes nas Respostas Verbais de Pessoas com o Diagnóstico de Esquizofrenia*. Curitiba: Editora CRV.
- Martin, G. & Pear, J. (2009). *Modificação de Comportamento: o que é e como fazer*. Tradução organizada por N. C. Aguirre & H. J. Guilhardi. 8ª Edição. São Paulo: Roca. (Trabalho original publicado em 2007).
- Mayer, G. R. (1995). Preventing antisocial behavior in the schools. *Journal of applied behavior analysis*, 28(4), 467-478.
- Mello, J. S. (2010). Análise funcional do comportamento de agressão física em uma criança com diagnóstico de autismo. Dissertação de mestrado. Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia, GO, Brasil. (Disponível em tede2.pucgoias.edu.br:8080/handle/tede/2043)
- Michael, J. (1982). Distinguishing between discriminative and motivational functions of stimuli. *Journal of Experimental Analysis of Behavior*, 37(1), 149-155.
- Michael, J. (1993). Establishing operations. *The Behavior Analyst*, 16(2), 191-206.
- Michael, J. (2000). Implications and refinements of the establishing operation concept. *Journal of Applied Behavior Analysis*, 33(4), 401-410.
- Miguel, C. F. (2000). O conceito de operação estabelecadora na análise do comportamento. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 16(3), 259-267.
- Miranda, E. & Britto, I. A. G. S. (2011). Aplicação dos princípios analítico-comportamentais para alterar o comportamento de uma esquizofrênica. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 27(3), 327-336.
- Oliveira, I. J. S. & Britto, I. A. G. S. (2011). *Síndrome de Down: Modificando comportamentos*. Santo André: ESETec Editores Associados.
- Organização Mundial da Saúde (OMS). (2002). Relatório mundial sobre violência e saúde.

Genebra.

- O'Neill, R. E., Horner, R. H., Albin, R. W., Sprague, J. R., Storey, K., & Newton, J. S. (1997). *Functional assessment and program development for problem behavior: A practical handbook*. Pacific Grove: Brooks/Cole.
- O'Neill, R. E., Albin, R. W., Storey, K., Horner, R. H., & Sprague, J. R. (2015). *Functional Assessment and Program Development for Problem Behavior: A Practical Handbook*. Stamford: Cengage Learning.
- Pacheco, J. T. B. & Hutz, C. S. (2009). Variáveis familiares preditoras do comportamento antissocial em adolescentes autores de atos infracionais. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 25(2), 213-219. <https://dx.doi.org/10.1590/S0102-37722009000200009>
- Pacheco, J., Alvarenga, P., Reppold, C., Piccinini, C. A., & Hutz, C. S. (2005). Estabilidade do comportamento antissocial na transição da infância para a adolescência: uma perspectiva desenvolvimentista. *Psicologia: reflexão e crítica*, 18(1), 55-61.
- Patterson, G., DeBaryshe, D. & Ramsey, E. (1989). A developmental perspective on antisocial behavior. *American Psychologist*, 44, 329-335.
- Patterson, G. R., Reid, J. B., & Dishion, T. J. (1992). *Antisocial boys*. Eugene, OR: Castalia.
- Pio-rosa, K. (2008). Aquisição e generalização de comportamentos em uma criança com diagnóstico de autismo. (Dissertação de mestrado não publicada). Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia, GO, Brasil.
- Pontes, T. N., & Abreu-Rodrigues, J. (2015). Ressurgência comportamental: Uma revisão. *Acta Comportamentalia: Revista Latina de Análisis del Comportamiento*, 23(3).
- Rodrigues, A. M. P. L. (2007). Comportamento anti-social infantil sob a perspectiva dos princípios da análise do comportamento. Dissertação de Mestrado. Pontifícia Universidade Católica de Goiás. Goiânia, GO, Brasil. (Disponível em http://tede.biblioteca.ucg.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=336)
- Santana, L. A. M. (2008). *Comportamento verbal e esquizofrenia: estratégias operantes de intervenção*. Dissertação de Mestrado não publicada, Universidade Católica de Goiás, Goiânia, GO, Brasil.
- Santos, D. C. O. (2007). *Análise da fala psicótica via estratégias operantes de intervenção*. Dissertação de mestrado, Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia, GO, Brasil. (Disponível em http://tede.biblioteca.ucg.br/tde_busca/index.php).
- Sidman, M. (2009). *Coerção e suas implicações*. (R. Azzi; Andery, M.A, Trans.) Campinas: Editorial Psy. (Originalmente publicado em 1989).
- Skinner, B. F. (1979). O que é comportamento psicótico? Em: T. Millon (Org.), *Teorias da Psicopatologia e Personalidade* (188-196). Interamericana: Rio de Janeiro. (Trabalho original publicado em 1973). Extraído do *Theory Treatment of the psychoses*, 77-79, 1956, Washington University Studies, por permissão da Washington University Press e do

autor.

Skinner, B. F. (1980). *Contingências do reforço: Uma análise teórica*. Tradução realizada por R. Moreno. Coleção os pensadores. São Paulo: Abril Cultural. (trabalho original publicado em 1969).

Skinner, B. F. (1983). *O mito da liberdade*. São Paulo: Summus.

Skinner, B. F. (1989). *Recent issues in the analysis of behavior*. Columbus, OH: Merrill.

Skinner, B. F. (2000). *Ciência e Comportamento Humano*. Tradução organizada por J. C. Todorov & R. Azzi. 10ª Edição. São Paulo: Martins Fontes. (Trabalho original publicado em 1953).

Skinner, B. F. (2006). *Sobre o behaviorismo*. Tradução realizada por M. P. Villalobos. São Paulo: Cultrix. (trabalho original publicado em 1974).

Souza, E. P. (2014). Análise funcional do comportamento autolesivo em uma pessoa com desenvolvimento atípico. Dissertação de Mestrado. Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia, GO, Brasil. (Disponível em <http://tede2.pucgoias.edu.br:8080/handle/tede/1869>)

Staats, A. W. & Staats, C. K. (1973). *Comportamento Humano Complexo*. Tradução organizada por C. M. Bori. 1ª Edição. São Paulo: EPU e Edusp. (Trabalho original publicado em 1963).

Todorov, J. C. (1989). A psicologia como estudo de interações. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 5, 325-347.

Todorov, J. C. (2012). Sobre uma definição de comportamento. *Revista Perspectivas*, 3(1), 32-37.

Wilder, D. A., Masuda, A., O'Connor, C. & Baham, M. (2001). Brief functional analysis and treatment of bizarre vocalizations in an adult with schizophrenia. *Journal of Applied Behavior Analysis*, 34(1), 65-68.

ANEXOS

Anexo 1. Termo de Consentimento Livre e Esclarecido - Participante

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

O senhor ou senhora está sendo convidado(a) a participar desta pesquisa sobre Avaliação e tratamento de comportamentos-problema de um adolescente em conflito com a lei.

Após o recebimento dessas informações e esclarecidas dúvidas que vierem a surgir, estando de acordo com a realização dessa pesquisa, de forma voluntária, está convidado(a) a assinar este documento, em duas vias, para que uma delas fique em seu poder e outra em poder das pesquisadoras responsáveis. Em caso de recusa, você não será penalizado(a) de forma alguma.

A qualquer momento que você desejar cessar sua participação basta comunicar essa decisão às pesquisadoras responsáveis para que a coleta de dados seja cessada, imediatamente. Em caso de dúvida sobre a pesquisa, você poderá entrar em contato com as pesquisadoras responsáveis Larissa Queiroz Azevedo de Aquino, nos telefones: (63) 9226-4511 / 8477-7798, e através do *e-mail* laraqzevedo@hotmail.com ou com Dr^a. Ilma Goulart, no telefone (62) 9979-0708 e através do *e-mail*: psuilma@terra.com.br. Em caso de dúvida sobre a ética aplicada a pesquisa, você poderá entrar em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa do Centro Universitário Unirg, telefone: (63) 3612-7600.

A seguir, algumas informações sobre a pesquisa.

Título/Projeto: Avaliação e tratamento de comportamentos-problema de um adolescente em conflito com a lei.

Profissionais responsáveis – Dr^a. Ilma A. Goulart de Souza Britto, professora de Graduação e Pós-graduação *Lato e Stricto Sensu* e pesquisadora da Pontifícia Universidade Católica de Goiás; e Larissa Queiroz Azevedo de Aquino, Psicóloga, mestranda do curso de Pós-graduação em Psicologia *Stricto Sensu* da Pontifícia Universidade Católica de Goiás, estarão

disponíveis, em qualquer momento, a maiores esclarecimentos, seja de forma pessoal ou através dos telefones e *e-mail* supracitados.

Descrição da Pesquisa - Este estudo objetivará intervir, no contexto terapêutico, no repertório comportamental de adolescentes infratores.

Procedimento da Pesquisa - As sessões desta pesquisa serão desenvolvidas em uma sala experimental da unidade em que se cumprem medidas socioeducativas, sendo todas elas registradas em vídeo.

O público alvo da presente pesquisa será os adolescentes infratores que estejam cumprindo medida socioeducativa na unidade no período correspondente da pesquisa. A pesquisa só será iniciada após submissão e aprovação do projeto de pesquisa pelo Comitê de Ética em Pesquisa responsável.

Após submissão e aprovação do projeto no comitê de ética, seleção do participante e assinatura do termo de consentimento livre e esclarecido, serão realizadas as sessões. Para obtenção de maiores dados sobre o participante pretende-se recorrer ao relato de um familiar além de observações, em lugares e momentos distintos.

Período de Participação - As sessões estão previstas para ocorrer de maio a junho de 2016. As intervenções ocorrerão entre às 07h e 10h ou 14h e 17h, respeitado o horário das atividades rotineiras da Instituição. Seus encontros com a pesquisadora poderão ocorrer a partir de uma vez por semana ou mais, conforme necessidade, com duração de até 50 minutos cada. Todas as sessões serão registradas em vídeo.

Confidencialidade - Todos os dados da presente pesquisa serão confidenciais e somente usados pelas pesquisadoras responsáveis para fins científicos, sendo o registro em vídeo apenas utilizado para descrição precisa dos dados. Diante da provável publicação dos resultados do estudo em revista e/ou eventos científicos fica, de antemão, estabelecido que o nome do senhor ou senhora não será divulgado. Destaca-se, ainda, que todo material

produzido por essa pesquisa (vídeos e folhas de registros), quando de seu término será incinerado diante do senhor ou senhora, bem como folhas de registros da ocorrência dos comportamentos-objeto da pesquisa. Salienta-se que sua participação nesta investigação é voluntária e iniciará mediante assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, sendo garantido tanto para o senhor (a) a liberdade de retirar seu consentimento, em qualquer momento, sem nenhum prejuízo.

Riscos ao participante. O consentimento informado de forma livre e os procedimentos a serem utilizados asseguram a privacidade e a confidencialidade, a não estigmatização bem como a proteção do sigilo, uma vez que seus nomes não serão divulgados. As informações não serão utilizadas em prejuízo do participante, da comunidade ou Instituição, ao contrário, a intervenção visa efeitos positivos ao ensinar ao participante/familiares como lidar com classes comportamentais inapropriadas do participante, desenvolvendo o controle de comportamentos inapropriados e aumentos de comportamentos apropriados.

Assim, com a finalidade de prover a confidencialidade dos dados registrados em vídeo, estes serão incinerados, de maneira que ninguém tenha acesso.

Porém, toda pesquisa, mesmo que tenha o objetivo de melhora na qualidade de vida do participante, pode oferecer riscos. Os procedimentos que serão realizados neste estudo (observação, entrevistas e intervenções) não oferecem riscos à integridade física do participante e/ou familiar, mas podem provocar algum nível de desconforto, devido ao tempo disponibilizado para pesquisa, ou constrangimento inicial durante sessões e entrevistas.

Caso isso ocorra, o procedimento será interrompido, e restabelecido no momento em que o participante e/ou familiar se sentir melhor para terminar o processo de coleta de dados, em que será respeitado o direito de decisão de participação voluntária do mesmo. O participante da pesquisa que vier a sofrer qualquer tipo de dano resultante de sua participação, mesmo que não previsto no termo de consentimento, terão direito à assistência integral e à

indenização. O participante terá direito a assistência imediata emergencial e sem ônus de qualquer espécie ao mesmo, em situações em que este dela necessite. Igualmente, terá direito a assistência integral, prestada para atender complicações e danos decorrentes, direta ou indiretamente, da pesquisa e, por fim, direito à indenização dos prejuízos materiais, caso ocorra, durante a realização desta pesquisa.

O Comitê de Ética em Pesquisa responsável será informado de todos os efeitos adversos ou fatos relevantes que alterem o curso normal do presente estudo.

Riscos da pesquisa – Considera-se a possibilidade de riscos mínimos nesta pesquisa, como: participante e/ou familiares chorarem, sentirem-se ansiosos ou ficarem nervosos durante as sessões experimentais. Decorrente do exposto, a pesquisadora assumirá a responsabilidade de dar assistência integral e direito à indenização ao participante e/ou familiares que vierem a sofrer qualquer tipo de dano resultante de sua participação. Não obstante os riscos potenciais, esta pesquisa assegurará ao participante e/ou familiares condições de acompanhamento, tratamento ou orientação, conforme o caso. Também garantirá o retorno a eles dos benefícios obtidos. Ademais, estará previsto nesta, procedimentos que assegurem a confidencialidade e a privacidade, a proteção da imagem e a não estigmatização, garantindo a não utilização das informações em prejuízo do participante e/ou familiar. Assim, com a finalidade de prover a confidencialidade dos dados registrados em vídeo, estes serão incinerados, de maneira que ninguém tenha acesso.

Salienta-se, também, que o Comitê de Ética em Pesquisa responsável será informado sobre todos os efeitos adversos ou fatos relevantes que alterem o curso normal desta pesquisa.

Medidas para minimizar os riscos. Com vistas a minimizar os riscos ao participante e/ou familiares, serão explicados o propósito e os objetivos da intervenção, o método e os procedimentos dela, conseqüentemente, o que se espera com investigação dessa natureza para o desenvolvimento de técnicas que permitam reduzir o sofrimento humano.

O participante e familiar também serão informados sobre o período de realização da pesquisa e a duração dos encontros, respeitando o horário das atividades rotineiras da Instituição, evitando a interferência na rotina dele.

As seguintes estratégias serão utilizadas para minimizar os riscos do participante e/ou familiares sentirem-se constrangidos durante as sessões e entrevistas: Ambiente acolhedor; postura não julgadora ou avaliativa da pesquisadora e informar ao entrevistado que ele tem o direito de não responder caso se sinta desconfortável.

Medidas para resolver os riscos. A pesquisadora ficará atenta a qualquer imprevisto ou tensão surgido no ambiente para que possa intervir ou negociar habilmente e satisfatoriamente, resolvendo os possíveis riscos, sem causar danos. Porém, ainda assim, caso haja algum dano decorrente da pesquisa, o participante e/ou familiares que se sentirem prejudicados poderão buscar o sistema judiciário brasileiro e o que for determinado pela lei será acatado pela pesquisadora responsável.

Benefícios – Dos custos que o senhor(a) tiver para com a realização dessa pesquisa, será fornecido o ressarcimento ou provimento dos materiais prévios necessários somente a este estudo - compensação material, exclusivamente para despesas de transporte e alimentação do participante e/ou familiares e seus acompanhantes, quando necessário à participação desta pesquisa.

Espera-se, ao término da aplicação de todos os procedimentos desta pesquisa, que seja observada a redução do sofrimento emocional e físico produzido pelos comportamentos inapropriados do senhor ou senhora, além de favorecer-lhe o desenvolvimento de comportamentos apropriados e desenvolvimento de competências sociais específicas, as quais lhe favorecerá melhor qualidade de vida. Ratifica-se, portanto, que a sua participação nessa investigação é voluntária e iniciará mediante assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, sendo garantido para você a liberdade de retirar seu consentimento, em qualquer

momento, sem nenhum prejuízo.

Local e data: _____

Assinatura do(a) participante, RG e CPF

Assinatura da Orientadora – Prof^a. Dr^a. Ilma A. G. S. Britto

Assinatura da Pesquisadora – Larissa Queiroz Azevedo de Aquino, Mtda.

Anexo 2. Termo de Consentimento Livre e Esclarecido - Familiar do participante

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

O senhor ou senhora está sendo convidado(a) a participar desta pesquisa sobre Avaliação e tratamento de comportamentos-problema de um adolescente em conflito com a lei.

Após o recebimento dessas informações e esclarecidas dúvidas que vierem a surgir, estando de acordo com a realização dessa pesquisa, de forma voluntária, está convidado(a) a assinar este documento, em duas vias, para que uma delas fique em seu poder e outra em poder das pesquisadoras responsáveis. Em caso de recusa, você não será penalizado(a) de forma alguma.

A qualquer momento que você desejar cessar sua participação basta comunicar essa decisão às pesquisadoras responsáveis para que a coleta de dados seja cessada, imediatamente. Em caso de dúvida sobre a pesquisa, você poderá entrar em contato com as pesquisadoras responsáveis Larissa Queiroz Azevedo de Aquino, nos telefones: (63) 9226-4511 / 8477-7798, e através do *e-mail* laraqazevedo@hotmail.com ou com Dr^a. Ilma Goulart, no telefone (62) 9979-0708 e através do *e-mail*: psyilma@terra.com.br. Em caso de dúvida sobre a ética aplicada a pesquisa, você poderá entrar em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa do Centro Universitário Unirg, telefone: (63) 3612-7600.

A seguir, algumas informações sobre a pesquisa.

Título/Projeto: Avaliação e tratamento de comportamentos-problema de um adolescente em conflito com a lei.

Profissionais responsáveis – Dr^a. Ilma A. Goulart de Souza Britto, professora de Graduação e Pós-graduação *Lato e Stricto Sensu* e pesquisadora da Pontifícia Universidade Católica de Goiás; e Larissa Queiroz Azevedo de Aquino, Psicóloga, mestranda do curso de Pós-graduação em Psicologia *Stricto Sensu* da Pontifícia Universidade Católica de Goiás, estarão

disponíveis, em qualquer momento, a maiores esclarecimentos, seja de forma pessoal ou através dos telefones e *e-mail* supracitados.

Descrição da Pesquisa - Este estudo objetivará intervir, no contexto terapêutico, no repertório comportamental de adolescentes infratores.

Procedimento da Pesquisa - As sessões desta pesquisa serão desenvolvidas em uma sala experimental da unidade em que se cumprem medidas socioeducativas, sendo todas elas registradas em vídeo.

O público alvo da presente pesquisa será os adolescentes infratores que estejam cumprindo medida socioeducativa na unidade no período correspondente da pesquisa. A pesquisa só será iniciada após submissão e aprovação do projeto de pesquisa pelo Comitê de Ética em Pesquisa responsável.

Após submissão e aprovação do projeto no comitê de ética, seleção do participante e assinatura do termo de consentimento livre e esclarecido, serão realizadas as sessões. Para obtenção de maiores dados sobre o participante pretende-se recorrer ao relato de um familiar além de observações, em lugares e momentos distintos.

Período de Participação - As sessões estão previstas para ocorrer de maio a junho de 2016. As intervenções ocorrerão entre às 07h e 10h ou 14h e 17h, respeitado o horário das atividades rotineiras da Instituição. Seus encontros com a pesquisadora poderão ocorrer a partir de uma vez por semana ou mais, conforme necessidade, com duração de até 50 minutos cada. Todas as sessões serão registradas em vídeo.

Confidencialidade - Todos os dados da presente pesquisa serão confidenciais e somente usados pelas pesquisadoras responsáveis para fins científicos, sendo o registro em vídeo apenas utilizado para descrição precisa dos dados. Diante da provável publicação dos resultados do estudo em revista e/ou eventos científicos fica, de antemão, estabelecido que o nome do senhor ou senhora não será divulgado. Destaca-se, ainda, que todo material

produzido por essa pesquisa (vídeos e folhas de registros), quando de seu término será incinerado diante do senhor ou senhora, bem como folhas de registros da ocorrência dos comportamentos-objeto da pesquisa. Salienta-se que sua participação nesta investigação é voluntária e iniciará mediante assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, sendo garantido tanto para o senhor (a) a liberdade de retirar seu consentimento, em qualquer momento, sem nenhum prejuízo.

Riscos ao participante. O consentimento informado de forma livre e os procedimentos a serem utilizados asseguram a privacidade e a confidencialidade, a não estigmatização bem como a proteção do sigilo, uma vez que seus nomes não serão divulgados. As informações não serão utilizadas em prejuízo do participante, da comunidade ou Instituição, ao contrário, a intervenção visa efeitos positivos ao ensinar ao participante/familiares como lidar com classes comportamentais inapropriadas do participante, desenvolvendo o controle de comportamentos inapropriados e aumentos de comportamentos apropriados.

Assim, com a finalidade de prover a confidencialidade dos dados registrados em vídeo, estes serão incinerados, de maneira que ninguém tenha acesso.

Porém, toda pesquisa, mesmo que tenha o objetivo de melhora na qualidade de vida do participante, pode oferecer riscos. Os procedimentos que serão realizados neste estudo (observação, entrevistas e intervenções) não oferecem riscos à integridade física do participante e/ou familiar, mas podem provocar algum nível de desconforto, devido ao tempo disponibilizado para pesquisa, ou constrangimento inicial durante sessões e entrevistas.

Caso isso ocorra, o procedimento será interrompido, e restabelecido no momento em que o participante e/ou familiar se sentir melhor para terminar o processo de coleta de dados, em que será respeitado o direito de decisão de participação voluntária do mesmo. O participante da pesquisa que vier a sofrer qualquer tipo de dano resultante de sua participação, mesmo que não previsto no termo de consentimento, terão direito à assistência integral e à

indenização. O participante terá direito a assistência imediata emergencial e sem ônus de qualquer espécie ao mesmo, em situações em que este dela necessite. Igualmente, terá direito a assistência integral, prestada para atender complicações e danos decorrentes, direta ou indiretamente, da pesquisa e, por fim, direito à indenização dos prejuízos materiais, caso ocorra, durante a realização desta pesquisa.

O Comitê de Ética em Pesquisa responsável será informado de todos os efeitos adversos ou fatos relevantes que alterem o curso normal do presente estudo.

Riscos da pesquisa – Considera-se a possibilidade de riscos mínimos nesta pesquisa, como: participante e/ou familiares chorarem, sentirem-se ansiosos ou ficarem nervosos durante as sessões experimentais. Decorrente do exposto, a pesquisadora assumirá a responsabilidade de dar assistência integral e direito à indenização ao participante e/ou familiares que vierem a sofrer qualquer tipo de dano resultante de sua participação. Não obstante os riscos potenciais, esta pesquisa assegurará ao participante e/ou familiares condições de acompanhamento, tratamento ou orientação, conforme o caso. Também garantirá o retorno a eles dos benefícios obtidos. Ademais, estará previsto nesta, procedimentos que assegurem a confidencialidade e a privacidade, a proteção da imagem e a não estigmatização, garantindo a não utilização das informações em prejuízo do participante e/ou familiar. Assim, com a finalidade de prover a confidencialidade dos dados registrados em vídeo, estes serão incinerados, de maneira que ninguém tenha acesso.

Salienta-se, também, que o Comitê de Ética em Pesquisa responsável será informado sobre todos os efeitos adversos ou fatos relevantes que alterem o curso normal desta pesquisa.

Medidas para minimizar os riscos. Com vistas a minimizar os riscos ao participante e/ou familiares, serão explicados o propósito e os objetivos da intervenção, o método e os procedimentos dela, conseqüentemente, o que se espera com investigação dessa natureza para o desenvolvimento de técnicas que permitam reduzir o sofrimento humano.

O participante e familiar também serão informados sobre o período de realização da pesquisa e a duração dos encontros, respeitando o horário das atividades rotineiras da Instituição, evitando a interferência na rotina dele.

As seguintes estratégias serão utilizadas para minimizar os riscos do participante e/ou familiares sentirem-se constrangidos durante as sessões e entrevistas: Ambiente acolhedor; postura não julgadora ou avaliativa da pesquisadora e informar ao entrevistado que ele tem o direito de não responder caso se sinta desconfortável.

Medidas para resolver os riscos. A pesquisadora ficará atenta a qualquer imprevisto ou tensão surgido no ambiente para que possa intervir ou negociar habilmente e satisfatoriamente, resolvendo os possíveis riscos, sem causar danos. Porém, ainda assim, caso haja algum dano decorrente da pesquisa, o participante e/ou familiares que se sentirem prejudicados poderão buscar o sistema judiciário brasileiro e o que for determinado pela lei será acatado pela pesquisadora responsável.

Benefícios – Dos custos que o senhor(a) tiver para com a realização dessa pesquisa, será fornecido o ressarcimento ou provimento dos materiais prévios necessários somente a este estudo - compensação material, exclusivamente para despesas de transporte e alimentação do participante e/ou familiares e seus acompanhantes, quando necessário à participação desta pesquisa.

Espera-se, ao término da aplicação de todos os procedimentos desta pesquisa, que seja observada a redução do sofrimento emocional e físico produzido pelos comportamentos inapropriados do senhor ou senhora, além de favorecer-lhe o desenvolvimento de comportamentos apropriados e desenvolvimento de competências sociais específicas, as quais lhe favorecerá melhor qualidade de vida. Ratifica-se, portanto, que a sua participação nessa investigação é voluntária e iniciará mediante assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, sendo garantido para você a liberdade de retirar seu consentimento, em qualquer

momento, sem nenhum prejuízo.

Local e data: _____

Assinatura do(a) familiar do participante, RG e CPF

Assinatura da Orientadora – Prof^a. Dr^a. Ilma A. G. S. Britto

Assinatura da Pesquisadora – Larissa Queiroz Azevedo de Aquino, Mtda.

Anexo 4. Entrevista de Avaliação Funcional

Nome: _____ Idade: _____ Sexo: _____
 Data da avaliação: ____/____/____

1) Descrição dos Comportamentos:

	Comportamento	Frequência	Duração	Intensidade
a)				
b)				
c)				
d)				
e)				
f)				
g)				

2) Defina os eventos que desencadeiam os **comportamentos problemas**:

a) HORÁRIO: **quando** os comportamentos têm maior/menor probabilidade
 Maior probabilidade _____
 Menor Probabilidade _____

b) AMBIENTE: **onde** os comportamentos têm maior/menor probabilidade de ocorrer?
 Maior probabilidade _____
 Menor probabilidade _____

c) PESSOAS: **com quem** os comportamentos têm maior/menor probabilidade de ocorrer?
 Maior probabilidade _____
 Menor probabilidade _____

d) ATIVIDADE: **quais atividades** têm maior/menor probabilidade de produzir os comportamentos?
 Maior probabilidade _____
 Menor probabilidade _____

3) O comportamento da pessoa seria afetado se:

- Você lhe pedisse uma tarefa difícil
- Participante quisesse algo, mas não conseguisse
- Se você lhe dissesse uma ordem
- Se você mudasse sua rotina

4) Como a pessoa se comunica com as pessoas?

Pedir atenção: _____

Pedir alimentos: _____

Indicar dor física: _____

Rejeitar uma situação: _____

Indicar descontentamento: _____

5) A pessoa segue instruções? (enumere)

6) Quais as coisas que a pessoa gosta?

6.1 Comestíveis: _____

6.2 Objetos: _____

6.3 Atividades: _____

6.4 Locais: _____

6.5 Outros: _____

7) O que você sabe sobre a história dos comportamentos indesejáveis dessa pessoa?

7.1) Houve tentativas de diminuí-los?

7.2) Por quanto tempo isto tem sido um problema?
